

ACTA N.º 6/2011

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 30 DE SETEMBRO DE 2011

Aos trinta dias do mês de Setembro de dois mil e onze, no Centro Associativo Municipal, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

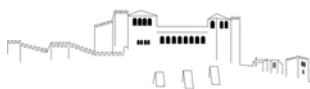
Dos sessenta e dois membros que a compõem, faltaram e foram substituídos os seguintes deputados: José Manuel Silva, substituído por Acácio Bárbara; Leonel Costa, substituído por Alda Coelho Pereira; Pedro Biscaia, substituído por Micael de Sousa; Pedro Faria, substituído por Carlos Conceição; Patrícia Ervilha, substituída por Mário Canário; Ana Elisa da Costa Santos, substituída por Maria Célia Gordo; Clarisse Louro, substituída por João Curado e Silva; Presidente da Junta de Freguesia de Leiria, Laura Esperança, substituída por Pompeu Cainço; Rui Silva, substituído por Cidália Domingues; Presidente da Junta de Freguesia de Monte Redondo, Céline Moreira Gaspar, substituída por Carlos Alberto da Silva Santos; Romeu Paz, substituído por António Fernandes; Vitorino Vieira Pereira, substituído por José Peixoto Henriques.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes o senhor Presidente Raul Miguel de Castro, e os senhores vereadores Maria de Lurdes Botelho Machado, Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes, Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos, Lino Dias Pereira, Neusa Fernandina Sobrinho de Magalhães, Blandina da Conceição Rodrigues de Oliveira, António Carlos Baptista Martinho Gomes, José Manuel Seabra Benzinho da Silva, Carlos Manuel Frazão Vitorino e Filipa Duarte Vieira Pimenta Alves Esperança.

A sessão foi presidida pelo senhor Carlos Manuel Bernardo Ascenso André, Presidente da Assembleia Municipal, e secretariada pelos senhores deputados José Alves e Maria Manuela Santos, respectivamente 1.º e 2.º Secretários da Mesa.

Havendo “quorum”, foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão eram 21.12 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**

- 1. RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO** – Apreciação nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53º da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela n.º Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro;



- 2. INFORMAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO** – Apreciação nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 48.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro;
- 3. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO ARTIGO 42.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** - Apreciação, discussão e aprovação;
- 4. FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) PARA O ANO DE 2012** – Apreciação, discussão e aprovação;
- 5. CONCURSO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA. ABERTURA DE PROCEDIMENTO** - Apreciação e aprovação;
- 6. VII ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL EM VIGOR** - Apreciação, discussão e aprovação;
- 7. PROCESSO DE OBRAS PARTICULARES N.º 259/2009 – UZIEL CARVALHO, LDA-** Apreciação e aprovação;
- 8. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DE MARRAZES PARA REQUALIFICAÇÃO DE ARRUAMENTOS, DE 2009. ESTORNO** - Apreciação, discussão e aprovação;



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito boa noite.

Peço o vosso silêncio e atenção por favor.

Senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhoras deputadas e senhores deputados municipais, senhoras e senhores do público presente na sala e senhores jornalistas.

Vamos dar início à sessão de trinta de Setembro.

Começarei por enunciar as substituições que temos na sessão de hoje e logo depois – mesmo antes da acta – conforme é regimental, darei a palavra a um elemento do público, que a solicitou nos termos regimentais. Tenho as seguintes substituições, e perdoar-me-ão mas vou apenas dizer o nome pois é muito mais prático.



No Partido Socialista, José Manuel Silva será substituído por Acácio Bárbara; Pedro Biscaia será substituído por Micael de Sousa; Patrícia Ervilha será substituída por Mário Canário; Ana Elisa da Costa Santos será substituída por Maria Célia Gordo; Rui Silva será substituído por Cidália Domingues; Presidente da Junta de Freguesia de Monte Redondo, Céline Moreira Gaspar, será substituída por Carlos Alberto da Silva Santos; Romeu Paz será substituído por António Fernandes.

No Partido Social Democrata: Leonel Costa será substituído por Alda Coelho Pereira; Pedro Faria será substituído por Carlos Conceição; Clarisse Louro será substituída por João Curado e Silva; Presidente da Junta de Freguesia de Leiria, Laura Esperança será substituída por Pompeu Cainço; Ana Paula Silva será substituída por Maria de Fátima Sismeiro.

No Bloco de Esquerda: Vitorino Vieira Pereira será substituído por José Peixoto Henriques.

Posto isto darei a palavra ao munícipe Mário Brites, que a solicitou e usará nos termos regimentais e a quem concedi um tempo ligeiramente acima daquele que têm os partidos com menor representação parlamentar no período antes da ordem do dia, ou seja, entre cinco a oito minutos pois que assim não irei certamente cortar-lhe a palavra. Fará o favor.

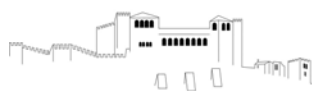
MUNÍCIPE MÁRIO BRITES

Boa noite a todos.

Em reunião de dezasseis de Agosto de 2011, a Câmara Municipal de Leiria deliberou por maioria a homologação das alterações aos Regulamentos de Cedência e Utilização das Instalações Desportivas Municipais e respectivas Tabelas de Preços, que entraram em vigor no passado dia um do corrente mês de Setembro.

Reunidos em vinte e dois de Agosto, dirigentes de mais de três dezenas de clubes do concelho de Leiria, praticantes de nove modalidades, e de quatro associações distritais, pronunciaram-se, por unanimidade, no sentido da não-aceitação das alterações introduzidas pela Câmara Municipal de Leiria àqueles regulamentos e tabelas de preços, pelas seguintes razões:

- 1.^a - Pelo facto da Câmara não ter feito uma prévia consulta aos clubes, na procura dum desejável consenso quanto às matérias em causa;
- 2.^a - Pelo *timing* incompreensível em que a deliberação camarária foi tomada, a apenas quinze dias do início da época desportiva, numa altura em que todos os clubes já têm essa época devidamente preparada, as equipas constituídas e os seus orçamentos elaborados;
- 3.^a - Pela inaceitável extinção do direito de prioridade no acesso às instalações desportivas pelos clubes das freguesias e concelho de Leiria que pratiquem desporto federado, que vem colocá-los em total pé de igualdade com quaisquer outras entidades, do concelho ou de fora dele, federadas ou não, que desejem praticar desporto, ainda que de forma esporádica;
- 4.^a - Pela incompreensível obrigatoriedade de solicitação da cedência das instalações até à data limite de trinta e um de Julho de cada ano, quando os calendários competitivos de cada



uma das modalidades ainda não estão definidos e quando é de todo impossível aos clubes saber se serão (ou não) apurados para as fases seguintes das competições, sejam elas distritais, regionais ou nacionais;

5.^a - Pelo valor das taxas de utilização fixadas, que de tão elevado, se traduzirá num aumento de custos na ordem das várias dezenas ou mesmo centenas de milhar de euros/ano para os clubes do concelho (exemplos: Atlético Clube da Sismaria: cinquenta e cinco mil euros/ano; Juventude Vidigalense: cento e cinco mil euros/ano; Soutocico: trinta e seis mil euros/ano; Bairro dos Anjos: trinta e quatro mil euros/mês), o que, sendo incomportável, poderá conduzir – em última análise – à morte de algumas modalidades em Leiria;

6.^a - Pelo facto de, na hipótese de encerramento da actividade desportiva, por impossibilidade de pagamento dos valores em causa, se manterem os custos fixos de cada uma das instalações, mantendo-se estas abertas, sem que se assegure a sua ocupação diária e regular;

7.^a - Pela injustificável uniformização do valor das taxas fixadas, que não levou em linha de conta as especificidades próprias de cada uma das modalidades e de cada escalão etário, tratando por igual aquilo que é necessariamente diferente.

A comissão Representativa dos Clubes, criada naquela mesma reunião de vinte e dois de Agosto e constituída por elementos representativos das nove modalidades em causa e das quatro associações distritais, reuniu já por três vezes com a Câmara Municipal de Leiria, para alertar para o efeito desastroso que as alterações aos regulamentos e tabelas de preços terão sobre as debilitadas finanças dos clubes e propor com carácter de urgência:

1.º - A imediata suspensão da deliberação camarária e a reposição em vigor dos antigos regulamentos de cedência e utilização das instalações desportivas;

2.º - A reabertura do processo de atribuição e cedência, com carácter regular dos espaços desportivos, através de candidatura a efectuar à Divisão de Desporto da Câmara, como era usual;

3.º - A constituição de uma comissão conjunta, formada por pessoas da Câmara Municipal, dos clubes e das associações distritais, que, ao longo da próxima época - que agora começa - estude e elabore novos regulamentos, cujo conteúdo satisfaça, em simultâneo, os interesses de todas as entidades envolvidas.

Até hoje, o melhor que a Comissão Representativa dos Clubes conseguiu da Câmara Municipal de Leiria foi que, durante o corrente mês de Setembro, ficasse suspenso o pagamento das taxas de utilização.

Em cima da mesa estão - no entanto - neste momento, duas propostas/sugestões apresentadas pela Comissão, com vista à resolução definitiva do problema, em todas as suas vertentes.



Assim, em matéria de isenção/pagamento de taxas de utilização, os clubes propuseram o seguinte:

- 1.º - Aceitar a medida de compensação de pagamento de taxas através do PAAD, mas para todos os escalões de formação (desde as escolinhas até aos juniores, inclusive), e para os seniores femininos, assumindo os clubes o pagamento de 25% por cento do valor para o escalão sénior masculino, directamente à Leirisport;
- 2.º - Criar um cartão de desportista de Leiria para todos os atletas de todas as modalidades e de todos os clubes, sem excepção, com uma anuidade de vinte e cinco euros a reverter directamente para a Leirisport, anuidade essa cujo valor excederia sempre a centena de milhar de euros;
- 3.º - Criar uma bolsa de voluntários oriundos dos clubes, sujeitos a formação específica dada pela Leirisport, a quem competirá a abertura, supervisão e encerramento das instalações desportivas, de modo a poder possibilitar a realização de treinos aos sábados de manhã e de jogos ao domingo, com o objectivo de reduzir os custos com horas extraordinárias a pagar pelo Município.

Simultaneamente, e porque paralelamente ao problema das taxas de utilização, muitos outros problemas se levantam, derivados da aplicação dos novos regulamentos de utilização dos pavilhões desportivos - nomeadamente a perda de prioridade por parte dos clubes, a impossibilidade de treinar aos sábados de manhã, a impossibilidade de marcar jogos ao domingo enquanto os horários de sábado não estiverem esgotados e a impossibilidade de treinar depois das vinte e três horas – a Comissão Representativa dos Clubes sugeriu à Câmara Municipal de Leiria a suspensão imediata dos regulamentos de utilização dos espaços desportivos e a reposição em vigor dos anteriores, até que do esforço conjunto de ambas as entidades saia um trabalho que constitua uma solução global, que resolva todos os problemas de uma assentada.

Embora a Câmara Municipal tenha, nas reuniões que teve com a Comissão Representativa dos Clubes, dado já alguns sinais de abertura, nomeadamente ao admitir a possibilidade de manter a isenção do pagamento de taxas para alguns escalões de formação, o processo negocial está longe de estar concluído.

Por isso mesmo, os mais de trinta clubes do concelho de Leiria envolvidos neste processo desejam deixar bem claro perante V. Exas., que nenhum deles tem a mais remota possibilidade de pagar à Leirisport os valores exigidos, pelo que, caso não se chegue a um acordo, a suspensão da actividade desportiva será a consequência óbvia de todo este insano processo, com os evidentes prejuízos financeiros, desportivos e sociais que daí advirão, não só para os clubes, mas também para as localidades e freguesias a que pertencem, para todo o concelho, para o distrito e, em ultima análise, para toda a sociedade civil.



Várias dezenas de equipas pararão e muitas delas dissolver-se-ão. Há o risco de alguns clubes perderem a sua razão de existir e de, como tal, encerrarem. Milhares de atletas, na esmagadora maioria crianças e jovens, ficarão impedidos de praticar desporto, de evoluir nas respectivas modalidades e de aspirar à realização dos sonhos que construíram ao longo da sua vida de prática desportiva. Entre eles há vários campeões distritais, nacionais e até europeus.

Para terminar, os clubes do concelho de Leiria afectados por esta medida vêm por meu intermédio entregar a V. Exa., senhor Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, um abaixo-assinado com muitos milhares de assinaturas, que ilustra o repúdio da sociedade civil perante a medida adoptada pela Câmara Municipal de Leiria, e a sua solidariedade para com os clubes afectados por essa mesma medida.

Boa noite e muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

O texto lido e documentos estão entregues.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no final do período antes da ordem do dia, se quiser abordar este assunto fá-lo-á. Parece-me preferível fazê-lo então, ao invés de agora. Concorda comigo senhor Presidente?

Passamos à apreciação da acta da última reunião da Assembleia Municipal, documento que foi distribuído e disponibilizado a todos os membros da Assembleia. Alguém pretende pronunciar-se sobre a acta?

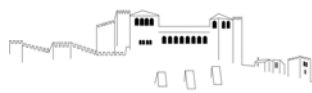
Senhor deputado por favor.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Boa noite.

Farei os cumprimentos um pouco mais tarde. Em relação à acta queria propor duas coisas: A primeira não tem muito que ver com a acta mas, contudo, temos uma área reservada (na página do Município) para a Assembleia Municipal que não é reservada coisíssima nenhuma. Não sei se é necessária ser reservada ou não. Nem sou a favor nem contra haver uma parte reservada. A verdade é que toda a gente tem acesso à mesma senha que - ainda por cima - é a mesma do "username". Acho que talvez haja lugar a uma parte reservada estritamente para os membros da Assembleia, e que isso se devesse fazer também com o acesso individualizado para cada um dos membros da Assembleia.

Em relação à acta, pensei nisto várias vezes e queria propor que quando a acta nos é enviada para pedir correcções, nos fosse enviada num suporte diferente do "PDF" em que é enviado para assim podermos sugerir correcções. Discuti o assunto com a nossa bancada e disseram-me que depois tal poderia levar à confusão e à alteração do texto inicial. De modo que o que eu propunha era que o senhor Presidente da Mesa - com mais alguém, se o entendesse -



estudasse a maneira de proporcionar aos deputados uma forma de corrigirem o seu próprio texto, sem o alterar, pois que uma coisa é corrigir, outra coisa é alterar; uma coisa é por vírgulas, outra coisa é qualquer palavra que não tenha sido exactamente bem entendida, sem – naturalmente – alterar o sentido ou a forma ou o conteúdo daquilo que foi dito aqui porque isso tem que ser preservado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Não são propriamente correcções à acta e pronunciar-me-ei sobre o assunto no final da votação.

Alguém mais pretende fazer alguma observação, sugestão ou proposta de alteração a fazer em relação ao texto da acta? Não vejo qualquer manifestação nesse sentido. Colocarei a acta à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou, por maioria, com sete abstenções, aprovar a acta da sessão ordinária de 30 de Junho de 2011, com continuação nos dias 05 e 11 de Julho de 2011.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

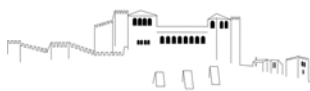
Presumo que estas abstenções se devem à ausência nas sessões em questão.

Em relação às propostas do senhor deputado Manuel Antunes, no caso da primeira tem o meu inteiro acordo. Já há muito tempo penso da mesma forma e creio que até já tínhamos os dois conversado sobre este assunto. Acho que deve haver, até que os documentos estejam concluídos, uma parte reservada aos membros da Assembleia Municipal e, depois de concluídos, obviamente que a transparência da Administração Pública deve fazer com que eles sejam públicos. É uma questão de verificarmos junto dos serviços de informática como é que isso pode ser feito.

Se eu puder entender, do silêncio da Assembleia, que há consenso em relação a esta questão nem sequer colocaria a proposta à votação e iria verificar junto dos serviços de informática do Município como é que é que isso se pode realizar, pois creio que não é muito complicado. Se alguém entender que deve ser discutida, então pedirei que seja uma proposta a apreciar na próxima reunião. Não vou colocar o assunto à discussão. Basta que uma pessoa entenda que não há consenso e esta será uma proposta a discutir no final do período da ordem do dia.

Faz favor senhora deputada.

Não vamos "*gastar*" muito tempo com esta questão, que é a primeira parte da proposta, de haver uma parte reservada para a Assembleia Municipal.



DEPUTADA ODETE JOÃO (PS)

Boa noite a todos.

Senhor Presidente, senhores deputados, ilustre público.

O entendimento do grupo municipal do Partido Socialista é que todos os documentos que estão aqui em apreciação devem ser públicos, à excepção da acta, antes de estar aprovada. Nesta situação, a acta deve ser enviada via "*mail*" para cada um dos deputados municipais.

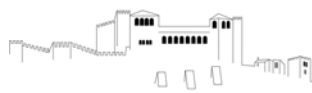
PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora deputada.

Não há, portanto, consenso em relação a esta questão... é fácil deduzir que não há. Parece-me que o mais simples será o senhor deputado Manuel Antunes avançar com a proposta – eu próprio estou de acordo com ela – e discuti-la-emos na próxima sessão de Assembleia Municipal, se estiverem de acordo. A menos que queiram aceitar esta interpretação, mas parece-me que há aqui divergências de fundo e o assunto – entendo – deve ser discutido. Senhor deputado, não é por uma sessão que o assunto criará problemas. Portanto, na próxima sessão será uma proposta a discutir. O senhor deputado importa-se de fazer a proposta formalmente? Assim o fará. Muito obrigado.

Quanto à segunda questão, é mais fácil de resolver. O envio das actas em "*PDF*", dependendo do programa/modalidade utilizado para o "*PDF*", permite fazer correcções em "*balões*", ou seja, o que estou a admitir é que a versão que é enviada em "*PDF*", é inviolável mas pode disponibilizar-se uma versão em "*PDF*" susceptível de receber sugestões em "*balões*". Suponho que será essa a melhor modalidade a adoptar e resolvemos o problema, sendo que a acta – nessa altura – em vez de disponibilizada na página do Município, seria enviada a todos os deputados da Assembleia Municipal, nesse formato. Se concordarem, esta sugestão resolve claramente o problema. O envio em "*Word*" é complicado porque se cada um fizesse as alterações no *Word*, o trabalho da dona Manuela seria incomensuravelmente maior. Teria que fazer o cotejo entre a versão que ela tem e mais sessenta e duas versões diferentes. Seria muito complicado e é preferível resolvermos de outra forma, em que ela só terá uma versão e saberá quais as sugestões que são feitas.

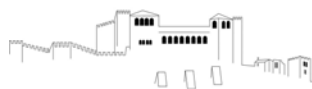
Aprovada que está a ata, gostava de dar – antes do período da ordem do dia – uma informação que resulta de uma proposta que foi entregue à mesa pelo senhor deputado João Cunha há algum tempo. Eu tinha cento e oitenta dias – que ainda não passaram – para chegar a um resultado, para que depois a Assembleia Municipal deliberasse. Gostaria de lhe dar conhecimento da análise efectuada pelos serviços de informática da Câmara Municipal. Obviamente que este assunto poderá depois ser discutido na próxima Assembleia Municipal, que se situará ainda dentro dos cento e oitenta dias, mas permite que as senhoras deputadas e senhores deputados fiquem com uma noção do que está aqui em causa.



Estamos a falar da transmissão em directo, na internet, das sessões ordinárias da Assembleia Municipal. Diz o texto, subscrito pelo Senhor Engenheiro Nuno Monteiro, Chefe de Divisão de Informática em regime de substituição:

“De acordo com a proposta apresentada pelo senhor deputado João Cunha, do PSD, na sessão ordinária da Assembleia Municipal do passado dia 29 de Abril, somos a informar, relativamente a uma hipotética transmissão, via Internet, das Sessões Ordinárias de Assembleia Municipal, que:

- 1) *Actualmente não é tecnicamente possível a transmissão das sessões porque:*
 - a) *O Edifício do Centro Associativo Municipal (CAM) se encontra ligado à rede de dados do Município por antenas Wireless e:*
 - i) *Esta ligação não permite uma largura de banda com capacidade para a transmissão dos dados associados à filmagem que proporcionem uma transmissão de qualidade satisfatória;*
 - ii) *Se fosse feita alguma tentativa de transmissão, esta seria visível com grandes atrasos (saltos demorados entre imagens), não sendo perceptível o que se passa nem possível a transmissão do som com qualidade adequada para audição;*
 - iii) *À data da realização da infra-estrutura camarária de rede de banda larga, o Executivo optou por não ligar o edifício do Centro Associativo Municipal por fibra óptica por ser um espaço considerado de utilização provisória;*
 - iv) *O local da rede camarária de banda larga mais próximo do edifício do Centro Associativo Municipal, onde se poderá ligar a fibra óptica, encontra-se na rua Capitão Mouzinho de Albuquerque, distando os dois pontos cerca de 500 metros um do outro. Esta ligação, a ser feita, implica abertura de valas na via pública com os consequentes custos e transtornos daí decorrentes.*
 - b) *O Município não possui equipamentos de gravação, edição e emissão de vídeo adequados;*
 - c) *O Município teria de aderir a um serviço de streaming.*
- 2) *Se, eventualmente, se pretendesse realizar as transmissões seria necessário efectuar, entre outras, despesas bastante onerosas para o município:*
 - a) *Aquisição de equipamentos de imagem:*
 - i) *Câmara de filmar;*
 - ii) *Tripé;*
 - iii) *Computador.*
 - b) *Ligação do edifício do Centro Associativo Municipal à rede de fibra óptica do Leiria Região Digital;*
 - c) *Adesão a um servidor de streaming.*



3) *Resumo das despesas:*

Equipamento	Custo aproximado	
	Mínimo	Máximo
<i>Câmara de vídeo</i>	2.950,00 €	5.000,00 €
<i>Tripé</i>	100,00 €	200,00 €
<i>Computador</i>	400,00 €	800,00 €
<i>Ligação de Fibra Óptica 500m</i>	4.700,00 €	10.000,00 €
<i>Total</i>	8.150,00 €	16.000,00 €

A estes valores acrescem cerca de 720€/mês (999USD), pelo serviço de streaming.

4) *Outras questões que deverão ser tidas em conta:*

- a) Uma câmara fixa - embora com qualidade - servirá apenas para transmitir sempre o mesmo plano, tornando a transmissão algo fastidiosa para quem assiste;*
- b) Uma transmissão de mais do que um ponto, implicaria recursos humanos especializados em filmagem e realização e conseqüente agravamento de custos."*

Dei a informação porque entendi que devia situar-me dentro do prazo que tinha sido definido por deliberação de Assembleia Municipal. Entendo que esta informação – que me chegou há dois ou três dias – não chegou com o tempo de a poder distribuir e ser discutida pelos grupos parlamentares. Será enviada a todas as senhoras deputadas e todos os senhores deputados e o assunto será trazido à próxima reunião da Assembleia Municipal e constituirá ponto de ordem de trabalhos desde que alguma deputada ou deputado me peça para que ele seja considerado ponto da ordem de trabalhos. Privilégio, obviamente, para o senhor deputado João Cunha que foi quem tomou a iniciativa. Se ele entender que, mesmo assim, o assunto deve ser trazido à próxima sessão de Assembleia, solicitar-me-á e eu agendá-lo-ei, depois de o documento ser distribuído. Neste momento este documento foi apenas uma informação, porque entendi que não deveria deixar de dar a informação ainda dentro prazo dos cento e oitenta dias, que está longe – aliás – de ter transcorrido. Agradeço à Divisão de Informática da Câmara Municipal a celeridade que deu a este processo e a forma séria como o tratou.

Dito isto, entramos no período de antes da ordem do dia. Os senhores secretários tomarão nota das inscrições. Terei de organizar a ordem das intervenções de acordo com os termos regimentais, intercalando os partidos políticos. Para já, estão inscritos o senhor deputado Manuel Antunes, o senhor Presidente da Junta de Freguesia das Cortes, o senhor deputado Acácio Bárbara, o senhor deputado José Francisco, o senhor deputado José Peixoto, o senhor deputado Paulo Pedro, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes, o senhor deputado Domingos Carvalho, o senhor deputado João Cunha, o senhor deputado Vítor Lourenço, o senhor deputado Luís Pinto, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de



Monte Real, o senhor deputado Carlos Guerra, o senhor deputado Carlos Conceição, a senhora deputada Odete João, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Azoia e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Maceira. Depois organizarei a ordem. Darei a palavra ao senhor deputado Manuel Antunes mas antes chamo a atenção para o facto de, com este número de inscrições que é muito avultado, conforme repararão, não teremos mais que os habituais quinze minutos para o Partido socialista, aceitarei atribuir igual tempo ao Partido Social Democrata pois as duas representações aproximam-se consideravelmente e não me parece que seja correcto estar a fazer distinções. Já estou a considerar à parte todos os senhores Presidentes de Junta, e são muitos, que vão seguramente levar este tempo muito para além do limite, e depois darei – como habitualmente – sete minutos ao CDS-PP e os cinco minutos regimentais ao bloco de Esquerda e à CDU.

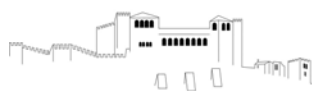
Ponto de ordem não será, senhor deputado. Está a fazer uma sugestão e tomo-a como tal. Eu compreendi e peço-lhe desculpa senhor deputado. Peço que escute com a razão o motivo porque agi assim. O senhor deputado falou daí e estou a repetir em voz alta para que fique gravado em acta que o senhor deputado Domingos Carvalho está a fazer uma sugestão à Mesa (não é um ponto de ordem) no sentido do senhor Presidente da Câmara responder ao munícipe agora de forma a, eventualmente, atenuar algumas intervenções. Assim fica em acta e dito pelo senhor, aí em baixo, não ficaria.

Aceito a sugestão. Senhor Presidente da Câmara, se quiser fazer o favor de responder.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Senhor Presidente da Mesa, senhores deputados, representantes da comunicação social e público.

Esta questão que tem sido, enfim, alvo de conversas nas últimas semanas, decorre daquilo que é uma medida pré-anunciada pela autarquia no sentido de alterar as condições de utilização das infra-estruturas municipais. Porquê? Por um lado porque, efectivamente, havia coisas a corrigir mas fundamentalmente porque este é um tempo em que não há dinheiro. E não havendo dinheiro, a solução é começarmos – em todas as áreas de actuação da Autarquia – a fazer os cortes que sejam possíveis fazer. O hábito, no caso das instalações desportivas municipais e ao longo dos últimos anos, é a utilização gratuita que envolveu, no ano de 2010, a transferência para a Leirisport de um milhão e duzentos mil euros de indemnizações compensatórias e a atribuição aos clubes de subsídios, para as suas actividades, na quantia de seiscentos e oitenta mil euros. Em números redondos são cerca de dois milhões de euros e não temos capacidade de manter este tipo de apoio. Começámos por agir no sentido de iniciar a política do utilizador/pagador. Os valores foram determinados e os regulamentos entretanto aprovados pela Câmara para aplicação desses mesmos valores. Entretanto, começaram a realizar-se algumas reuniões entre representantes de clubes, através de uma comissão, e representantes do Município, mais concretamente (e mais vezes)



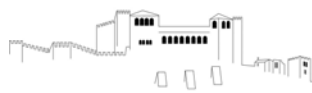
com o vereador do desporto António Martinho. Desse conjunto de reuniões resultou que seria ainda possível, este ano, e sem garantia de no próximo ano não tem que haver novamente alterações – dependerá de como vai evoluir esta conjuntura – de a Câmara ainda poder suportar os encargos de instalações respeitantes a determinados escalões de jovens, deixando cinquenta por cento da responsabilidade (em termos de escalões de juniores e a totalidade dos escalões seniores) dos respectivos clubes.

Muito se tem falado. Inclusivamente anteontem realizou-se a última reunião. Algumas das situações que hoje aqui ouvi, pela intervenção do munícipe doutor Mário Brites, nem sequer tinham sido focalizadas na mencionada reunião e é um dado novo que terá de ser objecto de apreciação em sede própria e que não caberá analisar hoje aqui.

O que temos vindo a afirmar é que se a manta é curta... temos que cortar em algum lado. E estamos, infelizmente, a cortar em todos os lados. A tendência, como sabemos, está a agudizar-se e é para agravar negativamente a situação financeira de todos (instituições incluídas). A crise é efectivamente para todos e a Câmara também faz parte desse lote, ao invés do que algumas pessoas pensam... que a Câmara não está em crise. Tudo isto redundará na necessidade de ajustar os encargos e a partilha de responsabilidades por aqueles que também utilizam estruturas desportivas municipais.

Poder-se-ia ter abordado este assunto mais cedo? Até admito que sim. Não foi possível mas também não é por aí que a questão se tem levantado. Tem havido abertura de ambas as partes, quer da comissão representativa dos clubes que tem participado nas reuniões, quer também do nosso lado, e o que está acordado é que eventualmente na próxima semana haverá uma nova reunião, sendo que a reunião final de decisões está marcada para o dia dez de Outubro, e está marcada há algum tempo.

Isto é o que se pode dizer neste momento. Muitas coisas têm sido faladas e aqui lamento que estejam a ser deturpadas. Fala-se em valores que não fazem sentido perante aquilo que está acordado e, por outro lado, é também justo aqui trazer ao conhecimento porque razão é que tem que haver uma moralização do que é a utilização das estruturas desportivas municipais. Não faz sentido um conjunto de coisas que alguns de vós até porventura conhecem, mas fica aqui esta nota da razão suficiente para entendermos que se os escalões mais adultos terão que assumir essa responsabilidade, e porque se há dinheiro para pagar atletas seniores e, num caso conhecido, a juniores, tem que haver dinheiro também para assumirem os encargos que há com a responsabilidade de utilização das estruturas desportivas municipais. Esta é a realidade, tem que haver e tem que "tocar" a todos. Tem sido este o mote das reuniões, e, temos vindo a inventariar algumas hipóteses alternativas, nomeadamente a comissão colocou a hipótese da criação de um cartão para todos os atletas; equacionou-se na última reunião a possibilidade do PAAD ficar em conta corrente e ir amortizando esses encargos, de forma mensal, à entidade a quem for devida a contra-prestação, neste caso a



Leirisport. Portanto, há um conjunto de hipóteses que estão *"em cima da mesa"* e pouco mais neste momento é possível acrescentar porque deixaremos para sede própria – que é a reunião com a comissão e elementos da Autarquia - para se ir aprofundando este assunto e encontrar uma solução final para o dia dez de Outubro.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Repito os tempos. Irei anotando o tempo de uso da palavra de cada senhor deputado excluindo, obviamente, o tempo dos senhores Presidentes de Junta de Freguesia, desde que usem da palavra em nome dos interesses das respectivas Juntas de Freguesia.

Senhor deputado Manuel Antunes, por favor.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Cumprimento então o senhor Presidente e restantes membros da Mesa, senhor Presidente e restante executivo camarário, senhoras e senhores deputados, Presidentes de Juntas de Freguesia, os cidadãos de Leiria e os membros da comunicação social.

Depois das férias de verão, que espero que tenham sido recuperadoras para todos, estamos aqui para a última sessão do segundo ano deste nosso mandato. Gostaria de fazer aqui uma avaliação positiva deste ano mas lamento que tal não seja possível. Durante este ano assistimos a um incontável número de incidentes e situações desagradáveis, com acusações e até insultos entre deputados e entre estes e a Mesa e vice-versa. Da nossa parte, bancada do PSD, temos a queixar-nos do tratamento desigual manifestado no processo de inscrição para o uso da palavra e durante o uso desta, de que frequentemente demos nota. Aliás, a Mesa frequentemente contribuiu para a confusão, com decisões autocráticas e injustificadas, pautando-se o Presidente por uma actuação demasiado divisível, em nosso entender. Podemos até comparar à de certos árbitros, que entram em campo para se mostrar e não contribuem para a fluidez do jogo.

A saga das últimas reuniões desta Assembleia, que obrigou à sua continuação e conclusão noutra data – com óbvios incómodos para todos nós e que nunca antes tinha ocorrido – é um exemplo claro deste tipo de actuação que é urgente modificar a bem do funcionamento normal desta Assembleia. O caso do estádio tem sido um dos pontos que mais contribuiu para a crispação dos últimos tempos. A alienação aprovada na última reunião, cuja legalidade nos merece fundadas dúvidas, o descalabro da gestão da Leirisport e até a imigração da União de Leiria para um concelho vizinho andam na boca dos portugueses, geralmente pelas piores razões e argumentos. O adiamento da hasta pública marcada para o passado dia dezanove e as declarações que se lhe seguiram, quer do Presidente da Câmara quer do Presidente da Assembleia, foram tentativas explícitas de inverter o ónus da responsabilidade. Chegaram mesmo a atirar para nós, com referência directa e indirecta à minha pessoa e insultos a outros membros da nossa bancada, essa responsabilidade. Nós votámos contra a



alienação mas nós não levantámos o problema que levou à suspensão da hasta pública. O facto foi tão só resultante da incompetência do executivo e da Mesa da Assembleia Municipal. Não é a nós que compete fornecer ao executivo os instrumentos de que necessita para levar a cabo as suas decisões e as da Assembleia. Mais, isto denota a confusão e descoordenação entre o executivo e a Mesa da Assembleia, constituída a partir do grupo político que o apoia e sustenta, e que não conseguem disfarçar com uso de linguagem inaceitável.

Há algumas sessões atrás desafiei o senhor Presidente da Assembleia a demarcar-se de afirmações e acusações com linguagem inaceitável do seu secretário à minha pessoa, o que, a bem da verdade, o senhor Presidente da assembleia fez. Agora foi o próprio Presidente a ter o mesmo tipo de actuação imprópria em relação à bancada do PSD. Pergunto: terá o senhor Presidente da Mesa a coragem, também hoje, de se demarcar das afirmações do cidadão Carlos André?

Ainda a propósito deste assunto, há dois dias atrás caiu-nos nas mãos um documento que nos deixou espantados, incrédulos, perplexos. Não deveria deixar, uma vez que aceitamos e acreditamos na decência. A avaliação do estádio, que nos foi apresentada como independente no processo de alienação, foi realizada por um senhor José Maria Antunes Faria, perito avaliador imobiliário certificado. Ficamos agora a saber que se trata do mesmíssimo José Maria Antunes Faria que foi, até Junho e cerca de um mês depois da avaliação, assessor do senhor Presidente da Câmara, tendo – só depois disso - transitado para o gabinete do senhor vereador Lino Pereira. Está aqui nas minhas mãos. Tivemos o cuidado de verificar assinaturas, não fosse haver um sócia qualquer por aí. E a nossa conclusão – corrijam-nos se não é verdade – foi de que é exactamente a mesma pessoa. Não admira, portanto, que a avaliação tenha resultado exactamente no mesmo valor que o senhor Presidente estimava e pretendia. Feliz coincidência! Menos feliz no que respeita à honestidade e ética política.

Disse.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia das Cortes.

DEPUTADO MANUEL CRUZ (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DAS CORTES)

Boa noite.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respectivos membros da Mesa, senhor Presidente do Município de Leiria e respectivos vereadores, senhores deputados, público em geral e, por último mas muito especial, senhores Presidentes de Juntas de Freguesia.

Tomamos conhecimento esta semana do *“Documento Verde da reforma Administrativa da Administração local”*, assim como os anexos, merecendo a nossa atenção os quadros que se referem ao distrito de Leiria e muito especialmente no caso concreto do concelho de Leiria.



Na leitura deste documento sobressai a prioridade na *“redução do número de freguesias... devendo ser encarada como um verdadeiro instrumento de política autárquica, capaz de melhorar o funcionamento interno da Administração Local, dando escala e valor adicional às novas freguesias e reforçando a sua actuação e competências”*.

Este documento, quanto à reorganização dos municípios, além de abordar a sua estrutura interna, apenas vem referir como objectivos, e cito: *“neste momento, incentivar a fusão de Municípios...”*, sem qualquer obrigação ou calendarização.

Será que têm medo de tocar nos municípios?

O mesmo documento estabelece diversos parâmetros de classificação dos municípios seguindo-se as freguesias e, com base nestes parâmetros, define as freguesias que cumprem ou não os mesmos, mas determinando objectivamente quantas freguesias por município devem ser extintas.

A média das freguesias a extinguir no distrito de Leiria, é de 25%, com alguns municípios sem qualquer extinção, mas no caso concreto do Município de Leiria, este valor atinge 38%.

Não sou, direi mesmo, os presidentes das freguesias de Leiria não são, contra um estudo profundo de reorganização do poder local e certamente neste incluem-se as freguesias.

O que somos é contra o método e forma que está a ser utilizado.

Ao analisarmos a calendarização apresentada desta transformação, verificamos que:

- Os diversos parceiros já terão sido ouvidos (ANMP e ANAFRE) – até final de Setembro/2011 mas só agora é que tomámos conhecimento deste documento e pelas informações que recolhemos não conhecemos qualquer posição ou informação vinculada por estes parceiros! Será que existe?

- Na calendarização diz que os trabalhos preparatórios para a fusão/criação tem de estar prontos até Dezembro deste ano... não é do ano que vem.

- A discussão pública - Assembleias de Freguesias e Assembleias Municipais - têm de o fazer até Janeiro próximo.

- A Lei tem de estar pronta até Junho de 2012, ou seja, daqui a nove meses.

Temos menos de noventa dias para discutir, mais trinta dias para que as nossas Assembleias - Municipal e de Freguesias - aprovem, num total de cento e vinte dias?

Esta falta de tempo cerceia a democracia e é uma afronta ao poder local.

Qualquer estudo de reorganização do poder local terá de ter tempo de discussão, de negociação, de aceitação por parte de todas as partes envolvidas, com tempo para tal e não sobre a pressão de um calendário, que mais não tem senão de apresentar um facto consumado por ausência de discussão.

Cada vez mais temos de ter como centro do nosso trabalho político as pessoas. O município não são quilómetros de estradas alcatroadas, monumentos ou estádios. São pessoas! E é com objectivo e em atenção a elas que temos de organizar e executar as nossas acções.



Não conheço outro modo de o fazer senão o estar no meio e junto das pessoas.

Por isso esta reforma tem de ter como base as pessoas, não os municípios ou as freguesias, porque são as pessoas a essência e a razão de ser dos municípios e das freguesias!

Senhor Presidente, senhores deputados.

Não se pode passar com uma esponja por mais de quinhentos anos de poder autárquico, como é o caso da grande maioria das freguesias aqui referenciadas e postas em causa. Não se pode apagar nem violentar uma cultura de proximidade, de convivência e de ajuda cuja memória está cimentada em mais de cinco séculos. Não ouvir as populações no seu conjunto, não analisar com as pessoas as suas preocupações e o seu querer...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor Presidente, terminou o seu tempo. Fará o favor de terminar.

DEPUTADO MANUEL CRUZ (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DAS CORTES)

Acabo já senhor Presidente.

Senhores presidentes e senhores deputados, querer justificar a extinção das freguesias com a economia de meios é um falso problema.

Como não tenho tempo para mais, termino dizendo que os Presidentes das Freguesias não são contra o Poder Local, são é conciliadores de vontades e anseios para o bem-estar das pessoas que neles confiaram. Por isso vamos propor a V. Exa., Senhor Presidente, a realização de uma Assembleia Municipal extraordinária, a realizar nos próximos trinta dias, com um ponto único: *"Análise e discussão da Administração Local, no seu impacto com as freguesias"*.

Muito obrigado senhor Presidente. Posso passar a ler a moção?

"Considerando os documentos agora recebidos sobre a reforma da Administração Local e seus anexos sobre a reorganização e extinção de freguesias.

Considerando que este é um tema que deve ter a participação activa das populações de modo a conseguir-se uma reorganização aceite o mais consensual possível.

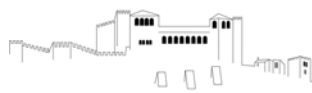
Os Presidentes das Freguesias de Azoia, Barosa, Barreira, Boavista, Cortes, Parceiros, Regueira de Pontes e Santa Catarina da Serra, vêm propor a esta Assembleia que delibere a convocação de uma Assembleia Municipal extraordinária, a realizar no prazo de trinta dias, com o seguinte tema único: Análise e discussão da Administração Local, no seu impacto com as freguesias."

Muito obrigado senhor Presidente.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Senhor deputado Acácio Bárbara.



DEPUTADO ACÁCIO BÁRBARA (PS)

Boa noite.

Acácio Bárbara, Partido Socialista.

Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal e elementos da Mesa, senhor Presidente da Câmara e todos os elementos do executivo municipal, cumprimento os digníssimos deputados da Assembleia Municipal, o público e a comunicação social presente.

Aproveitando o facto de estar aqui hoje, ainda que em situação transitória de membro substituto, neste digníssimo órgão político municipal – facto que obviamente muito me honra – pretendo fazer uma curta intervenção, primeiramente com o propósito de dar conhecimento a todos os presentes de uma moção aprovada, precisamente ontem, na sessão ordinária de Setembro da Assembleia de Freguesia de Marrazes, e que passo a ler:

“Considerando que:

1 - A Câmara Municipal de Leiria retirou as estruturas existentes nos parques infantis da freguesia de Marrazes, invocando razões de segurança que compreendemos;

2 – Não houve até ao momento qualquer reposição dessas estruturas em qualidade e segurança, nem qualquer indicação no sentido de que essa reposição será feita num futuro próximo.

A Assembleia de Freguesia de Marrazes, reunida em sessão ordinária em vinte e nove de Setembro de 2011, delibera:

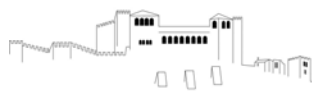
1 – Manifestar a necessidade da existência de espaços de lazer infantis para usufruto da população da freguesia;

2 – Solicitar à Câmara Municipal de Leiria, que no âmbito das suas responsabilidades e de acordo com estas indicações, proceda à reposição destas estruturas, em qualidade e segurança, num espaço de tempo curto.

A Assembleia de Freguesia de Marrazes mais delibera remeter a presente moção ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Leiria, à Assembleia Municipal e a todos os grupos parlamentares que a compõem.”

Fica apresentada a moção, na expectativa que este assunto seja resolvido o mais rápido possível, a contento de todos. Devo acrescentar ainda que esta moção foi apresentada pelo representante da CDU na Assembleia e que foi aprovada por unanimidade. Perdoem-me tê-la trazido tão informalmente e de forma tão rápida mas quis aproveitar o facto de estar hoje aqui, pelo que já procedi à entrega de cópias ao senhor Presidente da Câmara e senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Aceitarão, com certeza, que aproveite também para fazer breves observações de carácter genérico sobre a freguesia de Marrazes e aquilo que considero a sua periclitante relação política com a edilidade. Em meu entender, a freguesia de Marrazes sofre – de há muito – de uma espécie de complexo “*Calimero*” perante a cidade e a Câmara de Leiria. Não diria que é



propriamente o parente pobre – e se calhar até é – mas tem sido, seguramente, um patinho feio. Poderia explicar porquê mas não me vou alongar, por ora. A acreditar no que se vai falando sobre o projecto de reorganização administrativa do país, apresentado pelo actual governo – que ainda não li – algumas das freguesias urbanas serão finalmente assumidas pelas Câmaras Municipais. Deixem-me ressaltar que não sei se será bem assim mas para a reflexão que aqui trago pouco importa. Sobre o assunto, quero aproveitar também para deixar aqui um breve contributo reflexivo para um debate que, inevitavelmente, se irá fazer nos próximos tempos e que não passará – pelo que estou a ver – à margem deste órgão político.

Apesar de um brioso bairrismo, não pensem que me atemoriza a hipótese de perder a freguesia de Marrazes. E a avaliar pelo estudo que hoje li no jornal “Região de Leiria”, nem sequer estará em risco de se perder. Essa hipótese – de perder a freguesia – não me perturba porque Marrazes, como espaço identitário, continuará a existir na continuidade das suas gentes, das suas instituições, da sua riquíssima, vasta e até competitiva cultura local. Se tal vier a acontecer, espero até que sim e já sei que com isto vou criar adversários (até entre os meus correligionários políticos locais), finalmente poderemos curar o tal complexo “*Calimero*” em relação a Leiria porque finalmente Leiria terá que assumir a área da freguesia de Marrazes como cidade de Leiria e – para os que não sabem – Marrazes é a maior freguesia urbana de Leiria, cidade que nós há muito desejamos e não vemos jeito de vir a acontecer.

Finalmente a cidade poderá ser então uma grande metrópole urbana à volta daquilo que costumo chamar – e até já escrevi – as novas centralidades urbanas descentradas. Porque Leiria cidade deixará de ser finalmente apenas e só – e que me perdoem os representantes da Junta de Freguesia de Leiria aqui presentes, que muito considero e respeito – porque Leiria cidade e a Câmara Municipal deixarão de ser, finalmente e como dizia, a cidade e a Câmara da freguesia de Leiria uma vez que passará a ser também cidade em Marrazes, em Pousos, Parceiros, Azoia, Barosa, Barreira, etc... não sabemos... talvez seja assim ou talvez não mas será seguramente então uma grande metrópole urbana a crescer a partir das tais novas centralidades urbanas descentradas. E não tenhamos dúvidas, a cidade só se dignificará a si própria se souber dignificar estas novas centralidades urbanas periféricas. Então, a cidade poderá assumir – finalmente – o maior potencial museológico que tem cá dentro e ainda não soube olhar com “*olhos de ver*”, ao contrário de grande parte do país e até do estrangeiro, que o reconhecem pois não há outro igual em mais lado nenhum do mundo! Nós fomos os pioneiros e isto não pode ser um “*handicap*” para Marrazes mas sim um mérito nosso. Refiro-me, obviamente ao Museu Escolar, de que sou o actual director, perdoem-me a imodéstia. Dizia eu que então o famigerado centro cultural, que parece nunca mais ter pernas para arrancar – e alguns bem pensantes até se recusam a compreender a sua importância local – já poderá dignificar Leiria, albergando o Museu Escolar e uma escola



de música centenária, que fez precisamente cento e trinta e um anos esta semana – na última quinta-feira. Quantas instituições centenárias ainda em actividade no concelho existirão hoje? A de Santiago dos Marrazes é uma delas e aqui ficam os parabéns.

Poderia falar ainda da mata de Marrazes, como pulmão da cidade. Quando é que a cidade será capaz de olhar verdadeiramente para a importância ambiental da mata de Marrazes e para aquele "*elefante branco*" aí sedado, com o qual a própria Câmara também tem sido conivente? E porque não integrá-lo na respectiva política municipal, depois de o requalificar, obviamente? E a rede viária da área urbana da freguesia de Marrazes? Comparemos, por exemplo, a avenida Dr. Sá Carneiro com outras avenidas do centro da cidade. E porquê tanta assimetria?

Não me alongarei muito mais porque o tempo é curto e a vossa paciência limitada. Estes exemplos de Marrazes poderiam continuar este complexo "*Calimero*" com exemplos equivalentes de outras freguesias urbanas de Leiria. Não faço desta crítica uma crítica apenas ao actual executivo municipal, até porque não sou masoquista e o apoio (obviamente), como deverão imaginar, e nem me parece – sinceramente – que tenha sido este executivo o mais responsável pela nossa fragilidade estrutural enquanto área urbana periférica de Leiria. Esta é uma crítica aos vários executivos municipais anteriores e sobretudo – sublinho isto – a uma atitude mental leiriense que é incapaz de ver a cidade para além da margem norte do rio Lis, apesar de até se chamar Nova Leiria e está na área de freguesia de Marrazes. Infelizmente Leiria tem sido uma cidade auto-centrada sobre o seu próprio umbigo, que não é capaz de se pensar para além do seu digníssimo centro histórico ou, melhor dizendo, para além da Praça Rodrigues Lobo, da qual todos nós muito gostamos.

Senhor Presidente da Câmara, senhor Presidente da Assembleia, minhas senhoras e meus senhores. Grandes desafios se irão colocar doravante como país, como município, como cidadãos. Saiba Leiria estar à altura deles e teremos então uma grande metrópole urbana em Leiria.

Muito obrigado e gostei muito de por cá ter passado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Chamo a atenção do Partido Socialista de que já esgotou metade do seu tempo.

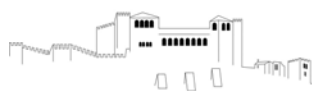
Senhor deputado José Francisco.

DEPUTADO JOSÉ FRANCISCO (CDS-PP)

Senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, senhores deputados, todos os munícipes e senhores jornalistas.

Muito boa noite a todos.

Senhor Presidente, a minha intervenção vem na sequência de um assunto tratado aqui por um munícipe acerca dos apoios ao desporto. Estando a redução de custos na ordem do dia e



sendo esta transversal a todas as áreas que afectam o nosso quotidiano, estamos obviamente conscientes de que urge racionalizar os custos, os seus montantes e – quiçá – hierarquizar em primeiro lugar o tipo de despesas que temos em todas as actividades e instituições afectas ao desporto e à sua gestão. Entendemos que o último objecto a ser alvo de cortes deverá ser, exactamente, o apoio aos clubes, o apoio à prática da actividade desportiva. Entendemos que os cortes tenham que lá chegar... não entendemos que comecem por lá. Temos a Leirisport, que gere doze pavilhões, o parque de campismo do Pedrógão, três piscinas (Caranguejeira, Maceira e Leiria), o centro nacional de lançamentos e o estádio. São estes os pólos geridos pela Leirisport. Penso que a grande fatia dos recursos utilizados nessa gestão prendem-se com o estádio e a sua gestão. Não jogando já o União de Leiria no estádio, imagino que uma série de recursos ficaram disponíveis porque deixou de existir toda a actividade – emissão de bilhetes, gestão, preparação, funcionários que lhe estão afectos – inerente à preparação dos jogos e ao seu acompanhamento. Acontece também o facto de a *"Incentea"*, voltando à questão de uma empresa local com dimensão, que poderia servir de pólo de atracção caso não vingasse a possibilidade da venda em hasta pública do estádio – sempre nos mostrámos a favor da sua gestão racional – e a *"Incentea"* ou outra seriam certamente um bom pólo de atracção para outras empresas. Pela informação que disponho, presumo que não foi aceite. Os seis mil euros que a *"Incentea"* se propunha pagar mensalmente foram rejeitados porque a área a ocupar por esta afectaria uma parte dos camarotes para jogos internacionais. Gostaria de saber quanto é que ganhamos com o aluguer dos camarotes para jogos internacionais. Já não vejo quem cá venha e nem vejo os cidadãos de Leiria muito empenhados no futebol... nem os de Leiria nem ninguém pois todos nós temos, neste momento, preocupações muito maiores.

Também sabemos – e já foi badalado noutros tempos – que existem contratos realizados com empresas externas, fornecedoras da Leirisport. Avenças, gestões, apoios, suportes informáticos, de valores que – imagino - à data de hoje sejam tudo menos razoáveis face aos requisitos, face às necessidades e por isso deveriam eventualmente ser reanalisados e renegociados com os fornecedores. Toda esta questão deveria ser analisada antes de fazermos cortes.

Quanto aos seniores, gostaríamos que o apoio fosse transversal a todos os clubes e a todas as faixas etárias que neles praticam desporto. Entendemos que os cortes no caso dos juniores são feitos numa fase em que não vemos o desporto na perspectiva da preocupação de e se estamos a formar super atletas, que vão ganhar uma medalha de prata aos jogos olímpicos. Estou muito mais preocupado com a actividade destes jovens, prefiro vê-los a formarem-se, a tornarem-se homens que trabalham em equipa e não a perderem o seu tempo no café ou agarrados ao computador, a navegar num *chat* qualquer. Entendo que o desporto, muito antes de formar um atleta, contribui para a sua formação como homem e



como membro da sociedade, capaz de aprender – durante a prática desportiva – os valores que são necessários para que venha a ser um bom cidadão.

Senhor Presidente da Assembleia, proponho a criação – não sei se ainda existe mas lembro-me que houve uma – de uma comissão de acompanhamento e monitorização da Leirisport, que a ser criada hoje faça um levantamento e apresente resultados já na próxima reunião ordinária da Assembleia. Esta proposta insere-se no âmbito do que entendo deverem ser as comissões pois que já vi imensas a serem criadas e ainda não vi nenhuma apresentar aqui nada. A criação desta comissão só valerá a pena se houver, de facto, o sentido de que na próxima Assembleia apresentará a todos os deputados e munícipes os resultados do trabalho a executar durante este período de interregno entre as duas sessões da Assembleia.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Em coerência com o que fiz há pouco, direi ao grupo do CDS que esgotou cinco dos sete minutos.

Senhor deputado António Fernandes, por favor.

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS)

António Fernandes, Partido Socialista.

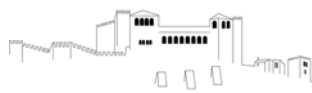
Boa noite senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, senhores deputados.

A todos muito boa noite.

Vou rapidamente apresentar duas situações, para as quais peço uma solução à digníssima Câmara.

Há pouco o nosso colega de bancada, senhor Manuel Cruz, deixou aqui a sugestão para que houvesse uma próxima sessão da Assembleia dentro de um mês. Deixo aqui a sugestão, ao senhor Presidente da Mesa, para que essa sessão se realize no centro histórico de Leiria, numa quinta ou sexta-feira, para todos nós sentirmos o que se vive actualmente no centro histórico de Leiria, ou seja, o barulho e a insegurança que existe. Senhor Presidente, peço então – em nome de várias situações que me têm chegado aos ouvidos – para que se resolva esta situação de falta de segurança, de falta de descanso e do barulho que existe constantemente (em especial à quinta e sexta-feira) na parte velha da cidade de Leiria.

Outra situação que me preocupa e também a muitos leirienses é a estrada que dá acesso à Senhora da Encarnação. O que se tem visto diariamente é que essa estrada de acesso está completamente “cheia” de carros em ambos os lados. As pessoas e carros que querem passar não conseguem. Já houve situações em que autocarros de turistas que visitam a Senhora da Encarnação querem subir e não conseguem. Pessoas de idade que gostariam de conhecer aquele lindíssimo santuário não o podem fazer. Existe também o perigo de um incêndio que



possa deflagrar a todo o momento e os bombeiros não conseguem lá chegar. Está em causa o ordenamento dessa zona, a segurança e ainda o turismo que a Senhora da Encarnação dinamiza. Deixo estes apelos ao senhor Presidente da Câmara e a toda a vereação, por forma a que rapidamente se encontrem soluções para minimizar todas estas situações, que são graves e afectam a nossa cidade de Leiria.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor deputado José Peixoto, por favor.

DEPUTADO JOSÉ PEIXOTO (BE)

José Peixoto, Bloco de Esquerda.

Muito boa noite senhoras e senhores.

A todos os nossos melhores cumprimentos.

Os tempos em que decorre esta Assembleia Municipal não são bons para ninguém ou para quase ninguém – especificando melhor – sendo certo que, como quase sempre assim tem acontecido em todas as crises que este mundo passou, sempre foram os mais fracos e desprotegidos os que mais sofreram e também não é menos certo que passou sempre por eles, de forma mais ou menos violenta, mas sempre com carácter de ruptura, a forma como elas foram superadas.

Esta crise que vivemos, como todas as outras, não nasceu do nada, é fruto de opções, escolhas que se traduziram em extremos benefícios para uns (muito poucos) e o prejuízo de muitos milhões, alguns de tal forma que é humanamente impossível referirmo-nos a eles sem corar de vergonha pela incapacidade de pelo menos nos indignarmos enquanto cidadãos, já que as amplas liberdades democráticas, o sentido de estado ou o sentido da responsabilidade parecem ser razões suficientes para impedir governos de actuar no sentido da resolução destas afrontosas desigualdades. São escolhas que têm que responsabilizar quem as faz e não pode haver mais nenhuma razão para que isso não seja feito. As diatribes de Alberto João Jardim responsabilizam-no a ele e a todos os que o apoiam, mas também os que no poder sempre se escusaram a censurar e travar aquela conduta de autoritarismo irresponsável que não limita os estragos ao arquipélago que controla, mas que atingem e prejudicam a maioria dos portugueses.

Como a construção do TGV foi uma escolha partilhada por muitos dos que agora verberam contra a ideia. Ainda me lembro quando se defendia o TGV de Lisboa/Porto com paragem em Leiria. Mais, ainda há pouco se pretendia construir uma estação para o TGV, contemplando-se com soberana indiferença a nossa (do Bloco e demais gente) velha pretensão do melhoramento da linha do Oeste, que de um momento para o outro – mais vale tarde do que nunca, vá lá – entrou nas preocupações discursivas de todas as forças políticas, mesmo



quando depois na prática e na Assembleia da República assumam a postura contrária e votem contra a ideia que diziam apoiar (como fez o PS), ou absterem-se (como fez o PSD), inviabilizando assim qualquer possibilidade dessa melhoria que tanto beneficiará a zona Oeste e o nosso concelho, quando e se algum dia for feito. Responsabilidade, pede-se!

O estádio - pois claro - que quando foi construído já era completamente avisado não o fazer, pois já se sabia que seria um encargo enorme que muito dificilmente o Município teria capacidade de assumir, mas a que o executivo de Isabel Damasceno e o governo da altura (do PS) optaram por olímpicamente ignorar, numa orgia de gastos que hoje nos prejudica a todos. Responsabilidade!

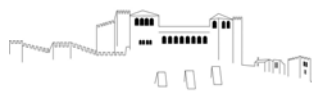
Vendê-lo – pois claro – é agora a solução. Não sendo uma ideia nova, pois todos os orçamentos de Isabel Damasceno contavam com o dinheiro da venda do topo norte, que nunca chegou, como todos pudemos ir constatando ao longo destes anos em que o estádio foi “*comendo*” recursos, penalizando outros investimentos bem mais necessários. Vendê-lo é a solução? Duvidamos.

Primeiro, porque o montante da dívida não é totalmente coberto. Nem com o que é pago, como terá de ser devolvido o que veio da União Europeia;

Segundo, será assim tão fácil encontrar um comprador para o estádio? Quem quererá investir milhões com muito duvidosas hipóteses de retorno? Não esquecer que brevemente o estádio será submetido a obras de manutenção obrigatórias, mais um encargo pesado para quem estiver na sua posse. Admitindo que aconteça, que tipo de actividades serão essas tão lucrativas que ninguém até hoje foi capaz de descortinar? Terão razoabilidade, não serão lesivas para os interesses dos leirienses, que de qualquer modo já serão suficientemente penalizados ao ver passar para mãos privadas o que era um bem de todos, por erros e abusos administrativos e de gestão? Responsabilidade!

Dir-me-ão que a Câmara Municipal de Leiria não tem dinheiro, é verdade. Esbanjou-o o anterior executivo, também é verdade, sim senhor! Mas isso não é razão para que se perca o sentido da dignidade e da justiça na relação com os munícipes individualmente, ou representados nas suas colectividades. Vem esta chamada de atenção a propósito da forma indecorosa, prepotente e socialmente penalizadora como foram tratados os clubes e as associações que, com dificuldades mas com abnegação vão representando o concelho nas diversas modalidades desportivas. A subida dos preços de utilização dos pavilhões decidida arbitrariamente poderá, nalguns casos, obstar à continuidade em funções de algumas dessas colectividades. Insensibilidade social ou apenas erro grosseiro? Irresponsabilidade, no mínimo.

Como irresponsabilidade é querer, actuando contra a corrente da história, fazer a privatização das águas – um bem comum – propriedade e sustentáculo de vida, não só do homem mas de todos os seres vivos em geral. E o eufemismo de dizer que é concessão não



convence! A verdade é que a propriedade e a gestão da água passará para privados e durante muito tempo. Um tempo que, graças à coincidência de a bancada da maioria querer alterar o artigo 42.º do Regimento, poderá ser bem mais longo. Este executivo e estes senhores deputados que o apoiam dizem-se socialistas mas infelizmente já nem se lembram da gaveta onde há tantos anos o meteram... a ele... ao socialismo. Nem na Itália o governo de direita trauliteira de *Berlusconi* avançou para esta medida sem consultar o povo! Referendou e perdeu esse referendo. Aqui, querem fazê-lo à revelia da população, escudando-se na maioria que detêm. Responsabilidade!

Tenho dito.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Paulo Pedro. O senhor deputado Paulo Pedro prescinde.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes.

DEPUTADO AMÍLCAR HENRIQUES GASPAR (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE REGUEIRA DE PONTES)

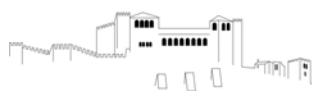
Senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados, caros colegas, público presente e comunicação social.

Quando se fala em política desportiva, temos que saber o que é que isso representa para o nosso concelho, qual a importância que isto tem, que relevo! Será que estamos a privilegiar alguém ou algum grupo? Ou estamos a falar de alguns milhares de pessoas... pequenas, baixas, altas, novos, velhos, gordos, magros... se calhar este universo é muito abrangente. Então se é relevante e mexe pelo menos com alguém que cada família residente no concelho conhece, não se estará a menosprezar este assunto que acaba por mexer com todos de forma directa ou indirecta?

Nesse caso, não podemos tratar levemente este processo e tem que ter sempre cabimento orçamental, dado que o que gerou este processo foram as dificuldades financeiras da Câmara Municipal de Leiria, o que é compreensível.

Já na Assembleia Municipal de 16 de Abril de 2010 tinha alertado para a quebra das regras a meio do jogo, quando houve uma redução dos valores atribuídos ao PAAD, sem se comunicar nada aos clubes. E já nessa altura, com a quebra de compromissos por parte da Câmara Municipal, houve clubes que ficaram penalizados em milhares de euros. Até hoje muitos compromissos ainda estão por cumprir por parte dos clubes para com os seus fornecedores.

Com este tipo de acções, em que os clubes são sempre apanhados de surpresa, sem haver uma comunicação prévia e se possam preparar atempadamente, sente-se uma quebra de confiança e corre-se o risco de muitos dirigentes baterem com a porta. Tenho esperança que vai imperar o bom senso e que a comissão de clubes, juntamente com a Câmara Municipal de Leiria, vai com certeza chegar a um acordo que poderá atenuar os prejuízos causados esta



época. Porque efectivamente já começou mal! Tenho que dizer que, a manter-se a pretensão da Câmara Municipal de Leiria tal como está neste momento para a próxima época desportiva, começará a haver alguma disponibilidade dos espaços desportivos, nomeadamente dos pavilhões. Isto porque - pelo que já me fizeram constar - 50% dos clubes seniores podem pura e simplesmente não competir na próxima época por falta de condições financeiras. Se a Câmara Municipal de Leiria acha que existem clubes que podem pagar porque também pagam a jogadores, meus caros, para grandes males grandes remédios, identifiquem-nos e uma das próximas regras é não isentar quem estiver nessas condições. Agora, não me parece bem pagar o justo pelo pecador e assim acabar com as modalidades amadoras, com a carolice de muitos atletas, técnicos e dirigentes desportivos. Também se formam homens e mulheres, forma-se carácter e não menos importante ganha-se saúde. Ao acabar uma modalidade, por arrasto outras se seguirão e daqui a algum tempo estaremos a colher os frutos desta tomada de decisão desastrosa.

Faço um apelo ao bom senso e para que se trabalhe verdadeiramente por um futuro com uma nova política desportiva do concelho e para o concelho.

Outro assunto que não posso deixar passar em claro é o facto das freguesias do concelho estarem maioritariamente em péssimo estado. Falo particularmente da minha, Regueira de Pontes.

Preciso de centenas de metros de passeios, de valetas e colocação de sarjetas para as águas pluviais com os respectivos tubos a canalizar a dita água.

Posto isto e sabendo que a Câmara Municipal de Leiria pretende fazer um concurso de metros quadrados de *pavê* para passeios e valetas, também acho que esse não é o caminho. Deleguem nas freguesias um valor estipulado de por exemplo dois mil euros por mês a cada freguesia durante o próximo ano e de certeza que se vão admirar com os trabalhos realizados. Estamos a falar de seiscentos e setenta e dois mil euros num ano e muita casa arrumada. Lembro que as freguesias ficaram dois meses sem receber as transferências das delegações de competências e que houve uma redução entre dez a quinze por cento nas transferências das delegações de competências.

Tenho dito.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

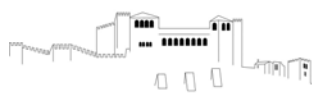
Senhor deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS-PP)

Muito boa noite a todos.

Domingos Carvalho, eleito pelo CDS – Partido Popular.

Permita-me, senhor Presidente, que comece por saudar a intervenção do senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de Marrazes, com a qual comungo quase na plenitude. Detalhes



poder-nos-ão afastar mas subscrevo-a quase na íntegra. Os meus parabéns pela sua intervenção.

Era meu intuito – porque é o tema do dia – vir aqui falar sobre a questão da ausência de política desportiva no concelho de Leiria. Parece que, ao contrário ao que eu tinha percebido, afinal o jogo ainda não acabou. Há prolongamento e por isso teremos oportunidade de falar sobre esta matéria oportunamente.

Há, no entanto, uma questão que nos deve a todos preocupar. Tive a oportunidade de – não sei se está no público – pelo menos vi entrar há pouco uma pessoa que há dias no *facebook* criticava ou punha em causa o tipo de trabalho que aqui fazemos e o tipo de intervenções que aqui temos.

Devo dizer-vos que, desperto que fui para a questão do novo tarifário para ocupação dos espaços desportivos, fui à procura de informação. Constatei que a última acta disponível da Câmara Municipal no *site* é de doze de Julho. Curiosamente, este documento que implementa este novo tarifário está disponível no *site* da Leirisport e estamos a falar de uma deliberação da Câmara Municipal de Leiria, o que na verdade quer dizer que para podermos (minimamente) ter alguma consubstanciação no trabalho que aqui fazemos temos que penar a duras penas. E esse é um pedido que lhe faço, senhor Presidente. Que nos ajude a tentar ser melhores deputados municipais pois que é importante que possamos fazer o trabalho de casa e sem meios não temos forma nenhuma de o fazer. No entanto, só queria deixar um pedido ao senhor Presidente: Todos sentimos hoje que cada vez que ouvimos falar um político com responsabilidades governativas – e agora também já chegou aos governos municipais – sabemos que vem aí desgraça. Devo dizer que entre aquilo que acontece a nível de governação nacional e o que acontece no nosso município há uma diferença inequívoca e que não pode ser esquecida. Nos últimos tempos têm aparecido – sistematicamente e de várias proveniências – buracos, alçapões, caixinhas, caixões, desgraças atrás de desgraças. Neste caso, felizmente até hoje, na Câmara Municipal de Leiria, o que sabemos é o que sempre soubemos e não há grandes variações que tenham sido conhecidas. Estamos a falar apenas – e por isso comecei por referir-me à ausência de uma política desportiva – porque há uma coisa, senhor Presidente, que não posso deixar de considerar e que é pérfido... o PAAD propõem-se apoiar os clubes e apoia-os tanto mais quanto mais atletas têm, quanto mais capacidade de implementar e de levar o desporto às populações. Estão a ter um benefício. Então e depois? Naquilo que é condição "*sine qua non*" para a prática desportiva, que é a utilização dos recintos desportivos, são penalizados porque cumprem o PAAD? Acho que isto é pérfido senhor Presidente! Isto é claramente a antítese daquilo que se tem que promover na prática desportiva. Se estamos a premiar quem vai buscar atletas, quem consegue colocar gente a fazer desporto, não podemos penalizar desta forma! Até porque, senhor Presidente, não esqueça nunca – por favor – que com enormes e muitíssimos defeitos e alguns



disparates absurdos, o imobilizado desportivo que temos no concelho, salvo intervenções que possam ter feito...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado, queira desculpar mas já excedeu o tempo do seu partido.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS-PP)

Termino de imediato, senhor Presidente. Dê-me, por favor, um minuto e termino.

O imobilizado existente em termos de património desportivo está, genericamente, amortizado. Não é qualquer coisa que tenha gerado grandes dívidas, pelo menos pelo que as contas da Câmara Municipal revelam.

Finalmente, e depois falaremos sobre o assunto, vou também terminar com um pedido senhor Presidente... sendo a manta curta, por favor não corte em lado nenhum porque depois, para não apanharmos frio, tem que cortar os pés ou a cabeça e isso não dá jeito nenhum. Temos que nos encolher um bocadinho.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Carlos Conceição.

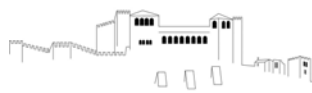
DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara Municipal de Leiria, senhores vereadores, senhores deputados, senhores Presidentes de Junta de Freguesia, senhores jornalistas presentes, público em geral.

Em tempos difíceis precisamos do melhor de nós! O melhor do nosso esforço e das nossas ideias. E o melhor consegue-se sempre em cooperação. Sabemos que outros podem suprir as nossas fraquezas e acrescentar, gerando sinergias. No PSD não discutimos pessoas, discutimos ideias e ideais, pois são eles (não tenho dúvida nenhuma) a razão e a força motriz da mudança. Respeitamos e acarinhamos as pessoas, mas criticamos as ideias dos outros e registamos com clareza a falta de ideias – quando acontece - pois quem vota em nós espera isso mesmo, ideias e soluções coerentes baseadas num espírito de missão, cívico primeiro, político depois.

Vamos então discutir algumas ideias e algumas das opções que a nossa Câmara Municipal de Leiria tem tomado. Estas medidas avulsas, temos que dizer que mais do que marcar negativamente o nosso presente, influenciam o futuro, o nosso e o dos nossos filhos. Não sentimos norte na actuação deste elenco camarário. Nem norte nem sul, sendo que a cada confusão a que assistimos nos vamos afastando do centro, rumando ao desnorte.

Abordemos um pouco mais esta questão desportiva, isto é, a questão da política desportiva da Câmara Municipal de Leiria. Temos falado aqui em estratégia por diversas vezes... vamos voltar a falar na estratégia. A Leirisport, anteriormente um veículo privilegiado da estratégia



desportiva do nosso município, não apresenta hoje rumo certo nem coerência. Em vez de gestão activa tem auto gestão, em vez de organização tem confusão, em vez de resultados gera frustração. Num clima marcado por grande ansiedade relativamente ao futuro desta empresa, com problemas sempre a agravar, seja na intranquilidade de colaboradores seja em antigos administradores que sistematicamente enviam farpas e recados constantes e contribuindo com muito mau ambiente, temos que somar a constante degradação da empresa fruto desta orientação. Desde 2007 que a Leirisport estava a recuperar muito positivamente a sua situação económica e financeira, sendo que desde há dois anos, entrou em sistemática depressão apresentando hoje indicadores verdadeiramente preocupantes, que exigem acções imediatas. Sabemos todos que não é esvaziando e retirando valor que se valorizam os activos ou que se fazem bons negócios. Falta gestão competente e eficaz. A maioria socialista quer vender o estádio e pelos vistos – não sabemos - “matar” a Leirisport, coisa que - mais uma vez - não sabemos... mas suspeitamos. Perguntamos nós, com a degradação profunda de todos os indicadores nomeadamente o EBITDA (ganhos antes de impostos, juros, depreciações e amortizações) a cair no primeiro semestre de 2011 quase 27%, que plano de acção foi encetado para inverter e ultrapassar esta situação? Uma quebra destas justifica acção imediata.

Foi feita publicidade às diversas valências do estádio e daquela infra-estrutura?

Foi feito algum contacto com as muitas empresas de eventos da região e do país e, já agora, do mundo? Da Rússia, por exemplo.

Foi feito um “*Road Show*” organizado de promoção ao espaço para captar clientes?

O que foi feito de objectivo para rentabilizar este importante espaço desportivo e cultural?

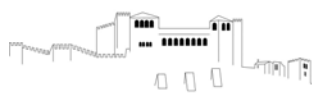
Todas estas notícias têm vindo a público – e têm sido muitas – que dão conta das trapalhadas e confusões, contribuiram de algum modo para a valorização daquele espaço?

E a notoriedade que temos tido, tem acrescentado algum valor à nossa cidade?

A resposta a estas questões que lancei é simples. É zero.

Parece que tudo se resolve colocando o estádio à venda, o que todos sabemos é que não é assim. O estádio e todos os temas a ele relacionados aparecem sempre embrulhados numa imensa confusão. A sua rentabilização, utilização e até a recente avaliação feita pela autarquia, parecem feitas de forma solta e muito ligeira. Repare-se na avaliação do estádio pedida pelo município. De externa não tem nada, de independente talvez tenha, pelo que, não pondo em causa a competência técnica ou seriedade do envolvido – e digo envolvido no singular já que foi apenas um - nos parece que existem proximidades que devem ser evitadas, a bem da completa transparência, equidade e isenção nos processos e não temos dúvida que esta é também a vontade da Câmara Municipal de Leiria.

Este tema, a somar a outros, mostra a forma fechada como alguns temas se têm tratado. Temas que mereceriam amplos consensos, são tratados como se fossem de um quintal, onde



cada um cuida do seu sem percebermos que todos somos leirienses e que todos os leirienses esperam, para as grandes matérias da nossa região, consensos.

Onde estão então esses consensos, a cooperação, a partilha da informação?

Dirigir de forma aleatória, cheia de falsos avanços e recuos, de coisas suspensas, alteradas, suspensas de novo e por aí fora. Coisas que se tornaram prática deste executivo porque não existe nalgumas matérias decisão que resista pois estão em constante correcção e alteração, pois quando tudo é avulso, nada mais há a fazer.

Precisamos de norte e não de desnorte.

A mesma falta de ideias claras para a questão do custo para a utilização das infra-estruturas desportivas municipais, como a intervenção inicial do elemento do público atestou de forma tão profunda. Não irei falar da importância do desporto – já foi aqui aflorado por diversas pessoas - ou que consideramos essencial e indispensável, e não vamos dizer também que é absolutamente fundamental o apoio da Câmara Municipal. Se eu tiver que optar entre as festas do castelo (com todo o respeito pelas festas do castelo) e mais apoio ao desporto... prefiro mais apoio ao desporto... por exemplo. Seguramente, temos aqui caminho, temos aqui alternativa. Mas dizia eu que todos nós compreendemos as limitações da Câmara Municipal de Leiria mas dentro (naturalmente) das suas capacidades e limitações, esperamos muito mais da Câmara Municipal.

Começamos por dizer que achamos o princípio utilizador/pagador muito positivo. Um excelente princípio que introduz justiça. Mas, não podemos defender a aplicação seja de que princípio ou de que critério for de forma completamente cega, surda ou unilateral, ignorando completamente quem tem as responsabilidades de conduzir quer os destinos das associações desportivas e culturais - como são os dirigentes das associações - bem como os senhores Presidentes de Junta, elementos fundamentais na proximidade com estas instituições. Além disso, e igualmente grave, é ignorar completamente os milhares de atletas envolvidos, não estudando devidamente o impacto que medidas tomadas no sossego de um gabinete têm no exterior.

De novo nas decisões tomadas, confusão, hesitação e desnorte.

Termino... os problemas existem e são enormes. Por isso, mais que nunca, exige-se liderança clara, forte e sobretudo, orientada estrategicamente na direcção que seja capaz de agregar esforços e fomentar a cooperação. Cabe às lideranças, além de necessitarem do apoio de equipas fortes, escolher primeiro o caminho, o destino e os objectivos. Se assim não for, construímos muros e não pontes, e não me refiro ao Leonel Pontes. Definir bem a estratégia que não pode ser, em momento algum, a estratégia do mais ou menos ou do depois se vê... porque o depois é sempre tarde. Termino esta minha intervenção, contando um pequeno episódio do livro "*Alice no País das Maravilhas*". Alice chega a uma encruzilhada e encontra um gato e dialogam assim:



“- Poderia dizer-me, por favor, que caminho devo eu seguir?

- Isso depende muito, para onde pretende ir? – disse o Gato.

- Para mim tanto faz, para onde quer que seja... – respondeu Alice.

- Então, pouco importa o caminho que tome – disse o Gato.

- ...desde que eu chegue a algum lugar... – acrescentou Alice, explicando-se melhor.

- Ah, então certamente chegará lá, se continuar a andar, a andar, a andar... - respondeu o Gato.”

Estamos a andar há demasiado tempo - e em muitas coisas - no caminho errado e a não chegar a lado nenhum.

Disse.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Mantendo a coerência com o princípio que adoptei desde o início, informo o PSD que esgotou o seu tempo.

Senhor deputado Carlos Guerra, por favor.

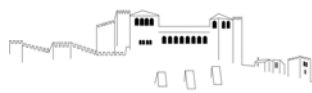
DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)

Boa noite a todos.

Carlos Guerra, PCP.

Alertámos e denunciámos por diversas vezes, nesta Assembleia, as intenções centralizadoras que estavam inerentes ao Programa de Reestruturação da Administração Central (PRACE). Foi com base neste programa que o governo, em 2008, decidiu extinguir a Região de Turismo Leiria/Fátima. Com esta decisão deu-se um golpe na autonomia do poder local e na possibilidade da defesa da promoção turística de uma região, de acordo com os interesses das comunidades regionais. A aniquilação da Região de Turismo Leiria/Fátima foi um escândalo pois era uma das mais importantes áreas turísticas do país, como se evidencia pelos registos do número de dormidas. É um facto de que muitos dos problemas que as organizações do turismo regional hoje enfrentam resultam não apenas dos cortes nocivos das transferências contratualizadas com o poder central, através do Instituto do Turismo Nacional, mas essencialmente de uma reforma do Turismo Nacional, que impôs – entre outros aspectos – um modelo de financiamento dependente e arbitrário. Um modelo que no caso do pólo Leiria/Fátima se traduziu numa redução drástica nos seus meios financeiros e no esvaziamento da sua autonomia, competências e capacidade de intervenção. Um modelo que é necessário questionar, independentemente de qualquer novo ordenamento territorial da organização regional de turismo.

Hoje, constatamos a debilidade de funcionamento deste pólo, com falta de verbas e que – segundo um elemento da direcção – *“as despesas com os postos de turismo são agora*



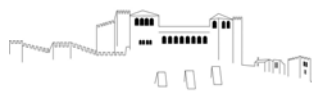
assumidas pelas autarquias, mais uma vez em substituição do poder central", ainda no desabafo do mesmo membro da direcção, que diz que o futuro é negro.

O PCP acompanha com preocupação as dificuldades porque passa o pólo da Região de Turismo Leiria/Fátima e tem consciência que a solução dos problemas exige novas soluções para a viabilização das organizações regionais de turismo, debilitadas pela reforma do PRACE, pelo que recomenda que a Câmara Municipal promova um amplo debate, envolvendo particularmente todos os agentes públicos e privados com responsabilidades no sector, com vista a dar uma resposta concertada que aponte os caminhos para a superação dos problemas do turismo regional.

Tenho duas moções, que passo a ler.

"Considerando:

- 1. Que no âmbito do Memorando de Entendimento com a troika constituída pelo FMI, BCE e UE se prevê encerrar várias linhas de caminho de ferro, entre as quais a Linha do Oeste no segmento entre Torres Vedras e o Louriçal;*
- 2. Que, a concretizar-se esta medida, perderíamos irremediavelmente um poderoso instrumento de desenvolvimento do distrito e do concelho de Leiria;*
- 3. Que o Memorando de Entendimento, independentemente da opinião que se possa ter dele na sua globalidade, não é um texto preenchido com imutáveis preceitos dogmáticos;*
- 4. Que Sua Excelência o Senhor Presidente da República afirmou esta semana que o teor do Memorando pode estar sujeito a alterações;*
- 5. Que todas as forças partidárias, nomeadamente as aqui representadas, as associações empresariais regionais, as organizações representativas dos trabalhadores, as associações de desenvolvimento, designadamente os congressos organizados pela ADLEI, e vários cidadãos com relevante intervenção cívica se têm manifestado ao longo do tempo contra o abandono a que tem sido votada a Linha do Oeste e a favor da sua modernização;*
- 6. Que, apesar da falta de investimento e do quase abandono a que foi votada, ainda hoje, particularmente no transporte de mercadorias, desempenha um papel com importância económica designadamente para a Fábrica de Cimentos da Maceira e para a Estação de Leiria;*
- 7. Estar demonstrado que o caminho de ferro pode voltar a desempenhar um papel estratégico tanto no transporte de passageiros como no de mercadorias e em condições economicamente mais vantajosas;*
- 8. Que só no concelho de Leiria, para além de apeadeiros, há três estações, na Sesmaria/Marrazes, em Monte Real e em Monte Redondo, que muito podem contribuir*



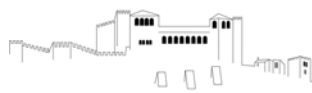
para um novo surto de desenvolvimento e que, no caso de Monte Redondo, deve ser um instrumento relevante para o futuro parque industrial;

- 9. Que o encerramento da Linha do Oeste significa ainda mais despedimentos na CP e na REFER e o subsequente aumento do desemprego;*
- 10. A intenção anunciada esta semana pelo governo português de intensificar o investimento nos portos marítimos e no transporte ferroviário;*
- 11. A anunciada apresentação por estes dias pelo Governo das orientações estratégicas para os transportes e comunicações;*
- 12. Que todos sempre defendemos que a requalificação da Linha do Oeste era imperiosa, pelas implicações positivas que teria do ponto de vista económico, social e ambiental nesta região.*

A Assembleia Municipal de Leiria, reunida na sua quarta sessão ordinária em 30 de Setembro de 2011, delibera:

- 1 – Manifestar o seu apoio à requalificação da Linha do Oeste, eixo ferroviário de grande importância para o desenvolvimento do país, da região e do concelho de Leiria;*
- 2 – Expressar o seu desacordo com quaisquer medidas que levem ao encerramento da Linha pelas consequências negativas para o transporte de mercadorias, nomeadamente do cimento produzido na Maceira, para as populações e os trabalhadores da CP e da REFER;*
- 3 – Sensibilizar o Governo para que no âmbito das orientações estratégicas para os transportes e comunicações seja considerada a modernização e requalificação da Linha do Oeste no percurso entre Lisboa e Figueira da Foz, seja reforçado o papel das estações do concelho de Leiria e seja considerada a construção de um ramal de ligação ao futuro parque industrial de Monte Redondo;*
- 4 – Recomendar à Câmara Municipal de Leiria que tome em mãos a defesa e modernização da Linha e que assuma tal função com as demais câmaras municipais do distrito por ela atravessadas como elemento essencial da sua acção sensibilizadora junto do poder central;*
- 5 – Nomear uma delegação desta Assembleia, constituída pelo seu presidente e por membros de todos os grupos municipais, para sensibilização directa, nomeadamente, do Sr. Ministro de Economia e do Emprego e da Sr. Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.*

Mais delibera remeter a presente moção a sua Excelência o Senhor Presidente da República, à Assembleia da República e a todos os grupos parlamentares que a compõem, ao Excelentíssimo Senhor Primeiro-Ministro, ao Sr. Ministro da Economia e do Emprego, à Sra. Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, ao Parlamento Europeu, ao Exmo. Senhor Presidente da Comissão Europeia e ao Conselho de Administração da REFER.”



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado, já ultrapassou o seu tempo.

DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)

Deixo-o à vontade para o senhor Presidente ler. Esta é mais pequenina.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Deixará a moção na Mesa e eu leio quando for a altura de a pôr à votação.

DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)

É que é engraçado. Ainda há pouco tempo alguém já tinha acabado e leu a moção.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado, faça o favor.

Não tenho ideia de o ter feito mas se o fiz foi inadvertidamente.

Faça o favor.

DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)

“Considerando que o processo de intervenção do FMI e da EU pretendem impor a redução substancial da autarquias (freguesias e municípios);

Considerando que as autarquias constituem um dos pilares da democracia pelo número alargado de cidadãos que chama a intervir, como representantes do povo, na gestão da coisa pública, pelas oportunidades de participação efectiva dos cidadãos em geral nas decisões concretas em favor das populações;

Considerando que o poder local democrático e as pessoas territoriais que o integram detêm atribuições essenciais ao bem-estar das pessoas, à representação e defesa dos interesses populares;

Considerando que é residual o peso do poder local nas contas públicas e, em especial, ínfimo o das freguesias;

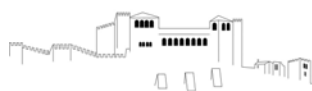
A Assembleia Municipal, reunida em 30 de Setembro de 2011, delibera:

Manifestar a sua convicção de que, pela exiguidade dos recursos públicos que lhes são afectos e pela forma exemplar como são aplicados:

a) As autarquias locais têm um importante papel na promoção das condições de vida das populações e na realização de investimento público, indispensáveis ao progresso local e, no presente quadro, às acções que contribuam para atenuar os efeitos da crise.

b) A extinção de autarquias que em quase nada contribuirá para reduzir a despesa pública, não só acarretará novos e maiores gastos para um pior serviço às populações como constituirá um factor de empobrecimento da vida democrática.

Delibera ainda repudiar a intenção de extinguir as autarquias existentes, seja pela sua pura eliminação seja por recurso a qualquer forma de engenharia política, que lhes retire o que têm de essencial, a saber, os seus órgãos democraticamente eleitos, as suas atribuições



próprias e a parte dos recursos públicos essenciais à sua existência e funcionamento nas condições de autonomia previstas na Constituição da República.

Mais delibera remeter a presente moção a sua Excelência o Senhor Presidente da República, à Assembleia da República e a todos os grupos parlamentares que a compõem, ao Excelentíssimo Senhor Primeiro-Ministro, e à senhora Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.”

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Gostaria de esclarecer esta Assembleia de que não tendo eu a certeza de ter tido a atitude que o senhor deputado diz que tive há pouco – mas admito que tenha tido – optei por, em caso de dúvida, aceitar que ele lesse a moção e esse será o meu procedimento nesta Assembleia mas doravante assim se não fará. A leitura de moções faz parte do tempo do período de antes da ordem do dia, como facilmente se compreende que seja.

Senhor deputado Luís Pinto.

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

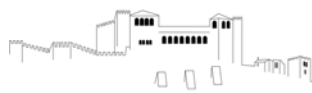
Luís Pinto, Partido Socialista.

Cumprimento a todos.

Tenho poucos segundos para poder falar. Quero dizer ao senhor deputado Carlos Conceição que se o exemplo de gestão da Leirisport é os milhões retirados – eu diria roubados – ao erário público com a questão do gerador, se é um bom exemplo da gestão da Leirisport do período do PSD... ou a construção faraónica, muito acima dos muitos milhões que tinham sido anunciados em Assembleia e que se gastou no estádio, se é esse o exemplo pois então dizemos não! Não vamos por aí.

Quero também dizer à comissão de clubes que têm o reconhecimento do Partido Socialista, pelo esforço que têm feito de aproximação e o trabalho voluntário que os dirigentes associativos e desportivos – de que o nosso concelho tem dado mostras – para resolver as diferentes situações. Têm, naturalmente, a solidariedade do Partido Socialista e congratulamo-nos pelo diálogo que o senhor vereador do desporto e o senhor Presidente da Câmara estão a ter no sentido de se encontrarem as soluções que permitam que o movimento desportivo do nosso concelho se possa reforçar. É certo que a Câmara Municipal não tem dinheiro, os clubes também não e é importante encontrarmos soluções que permitam enfrentar todas as despesas necessárias com imaginação, vendo todas as propostas – quer da parte do município quer da parte da comissão – que estão no terreno, para que possamos todos dar continuidade ao grande projecto desportivo do concelho de Leiria, dentro das possibilidades financeiras, com uma gestão diferente, com imaginação e com a capacidade que todos somos capazes de demonstrar.

Obrigado.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Tinha ainda duas inscrições de deputados do PSD, que esgotou o seu tempo. Não quero ser demasiado intransigente. Se o senhor deputado Vitor Lourenço – que é o primeiro desses deputados – quiser usar da palavra telegraficamente (um minuto/um minuto e pouco), condescenderei.

Ainda há um outro deputado que fará exceder largamente o tempo, mas condescenderei.

Senhor deputado, faça favor.

DEPUTADO VITOR LOURENÇO (PSD)

Muito obrigado senhor Presidente.

Muito boa noite.

Senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, Exma. Mesa, caros colegas deputados municipais, Exmo. público.

Prometo, senhor Presidente da Assembleia, que deixei a minha arma de “*sniper*” em casa, hoje.

Apenas para dizer, em defesa desta situação e porque é a defesa da honra do grupo do PSD - que o senhor deputado Luís Pinto aqui acusou de uma forma tão indelicada e indevida - que esse assunto do gerador foi resolvido nos tribunais e o senhor não pode julgar os outros por actos de que já foram ilibados nos sítios onde se ilibam, onde se tratam desses assuntos. Não é o senhor que pode julgar ninguém, aliás, em caso de dívidas... não falemos mais!

Senhor Presidente, só queria usar da palavra para, em dois minutos, e agradeço-lhe a sua benevolência.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Um, disse eu.

DEPUTADO VITOR LOURENÇO (PSD)

Agradeço-lhe a sua benevolência.

Na verdade, também eu fui surpreendido com dois documentos. Desta vez com um relatório que foi presente à reunião de Câmara, que falava da evolução da questão que tem a ver com o imposto de sucessões e doações. O senhor Presidente da Câmara ou outro senhor vereador – não sei pois não é assinado – esse foi distribuído como comunicado, fez uma resenha exhaustiva de todos os passos que se seguiram (o que aquela história podia contar!) e entre 2003 e 2011 há um enorme apagão, isto é, em 2003 as Finanças fizeram o cálculo dos sessenta e três mil euros do imposto sucessório, que foi objecto de cálculo final. Depois só em 2011 é que o citado relatório continua com esta nova versão das Finanças. É preciso não esquecer que em 2006 houve uma acção inspectiva das Finanças à Leirisport e à construção do estádio e - nesse relatório – a Inspeção de Finanças diz (está claro, está escrito nesse relatório) que essa é a dívida real da Leirisport às Finanças, que nunca notificaram para



pagar. Portanto, houve no seu relatório – senhor Presidente – um enorme apagão sobre este assunto e era bom que fossemos esclarecidos.

Porque é que não foi a Leirisport notificada para pagar o imposto calculado inicialmente?

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado, peço-lhe que termine.

DEPUTADO VITOR LOURENÇO (PSD)

Porque é que continuou tudo adormecido, mesmo depois dessa inspecção de 2006 e, afinal, quem despoletou e acordou esse assunto?

Muito obrigado senhor Presidente.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Monte Real, por favor. Prescinde?

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Monte Real prescinde.

Senhor deputado João Cunha, que tem a mesma situação. Aceita que poderá falar um a dois minutos, no máximo?

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Os cumprimentos da praxe para toda a gente.

Gostaria só de colocar aqui duas pequenas e rápidas questões. A primeira para dizer que em relação à reforma administrativa que está a ser lançada publicamente pelo governo através do "*Documento Verde*", que nos merece a melhor atenção e os eleitos do PSD têm estado – já há algum tempo – atentos a estas questões, a estudá-las e a fazer-lhes reflexão. Apelamos para que o esforço de consenso em relação a estas matérias seja o mais alargado possível. Trata-se de uma questão transversal que é do interesse comum e das populações, pelo que esperamos que não seja partidarizada mas sim objecto de um amplo consenso, para que possamos ter as melhores soluções para o nosso concelho e para a nossa região.

Uma segunda questão que queria abordar traduz-se numa pergunta ao senhor Presidente da Câmara, no sentido de saber se a Câmara tem conhecimento ou se existe alguma informação detalhada sobre a criação do pseudo santuário na freguesia de Arrabal. O que está a ser feito em relação a essa matéria, quem é que autorizou o quê, o que é que se está a passar? Dizem algumas pessoas da freguesia que já terão sido implantados no local milhares de metros cúbicos de betão. Há quem diga até que existe um "*bunker*" ali instalado. Enfim, não sei qual a veracidade destes factos, motivo porque pergunto ao senhor Presidente da Câmara se sabe alguma coisa sobre esta matéria e que nos informasse.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhora deputada Odete João, por favor.



DEPUTADA ODETE JOÃO (PS)

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, Exmo. público.

Vou ser telegráfica porque entendo que quando o tempo é distribuído, deve ser gerido com a paciência e a parcimónia de todos os que estão aqui para nos ouvir.

Assunto: estádio. A bancada do PS entende o enorme esforço feito pelos senhores deputados do PSD na reunificação do seu grupo municipal, depois de muitos dos seus deputados terem votado favoravelmente a venda do estádio.

Segundo assunto: gerador. De facto, os tribunais julgaram e o grupo municipal do Partido Socialista respeita essas decisões mas, senhoras e senhores deputados, os leirienses pagaram a factura.

Passava agora a um outro assunto que tem a ver com a requalificação das escolas. Nos últimos anos, os governos PS fizeram um enorme esforço no sentido de requalificar as escolas secundárias, de construir novos centros escolares. Nesse sentido, muito foi feito e importa dar continuidade porque sabemos que muitas das escolas, nomeadamente as da década de 80, se encontram ainda numa situação muito complicada. Falo, por exemplo, da escola secundária Afonso Lopes Vieira, da escola do 2.º e 3.º ciclo dos Marrazes, da escola D. Dinis e muitas outras. Por isso trouxe uma moção que passo a ler:

“Considerando que a qualificação dos recursos humanos deve constituir uma prioridade do modelo de desenvolvimento do nosso País;

Considerando que o programa de requalificação das escolas secundárias, iniciado em 2009, é no geral um programa com objectivos muito meritórios como foi referido pelo senhor Presidente da República e que, nesta vertente, coloca Portugal num patamar de excelência como é reconhecido por várias instâncias internacionais;

Considerando que foram já intervencionadas duas das três escolas secundárias públicas do Concelho de Leiria, o que pode agudizar diferenças de meios pedagógicos e de conforto entre elas, em desfavor da Escola Secundária Afonso Lopes Vieira (ESALV).

Considerando que esta escola ESALV, edificada em 1982, situada na freguesia mais populosa do Concelho de Leiria servindo, este ano lectivo, 950 alunos entre Cursos do Ensino Básico e do Ensino Secundário, teve significativos cortes nos investimentos de conservação e de equipamento, devido às expectativas de se iniciarem as anunciadas obras;

Considerando que se trata de um investimento de significativo impacto muito positivo no emprego e na economia do Concelho e de inequívoco interesse comunitário;

Considerando, ainda, que as verbas contratualizadas para este fim com o Banco Europeu de Investimento seriam saldadas, com juro residual, apenas entre 1 de Abril de 2015 e 2030.

A Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 30 de Setembro de 2011, sublinha a importância daquele investimento para o concelho de Leiria, repudia a sua súbita suspensão



e exorta o governo a reconsiderar a sua posição nesta matéria, a bem do desenvolvimento geral do país e desta região em particular.”

Lembro, sobre esta matéria, que o concurso foi feito, estava tudo preparado, os projectos estão prontos, a obra é que não foi consignada - como era esperado – já em Junho último.

Uma segunda matéria, que já foi aqui abordada, tem a ver com a reforma administrativa do poder local. Entendemos que esta reforma é fundamental e, de acordo com os documentos que foram disponibilizados pelo governo, é estruturada em quatro eixos de actuação:

- O sector empresarial local;
- A organização do território;
- A gestão municipal e intermunicipal;
- O financiamento e a matéria da democracia local.

Trata-se de uma matéria que vai mexer com a vida de todos nós, que vai implicar mudanças estruturais no nosso futuro colectivo - nomeadamente no que é o mapa administrativo do território - como referiu o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cortes e outros deputados. Tem a ver também com a coesão e a competitividade territorial e o papel essencial dos municípios e das freguesias. Exige-se, nesta matéria, um debate muito participado e alargado.

Entendemos pois que a Assembleia Municipal não pode ficar à margem deste debate. E não contrariando a proposta que foi feita pelo senhor Presidente da Junta de freguesia de Cortes – de se realizar uma reunião da Assembleia sobre esta matéria – entendemos que o calendário, que está definido nos documentos que foram disponibilizados, aponta o segundo trimestre de 2012 para entrada na Assembleia da República das propostas de legislação. Temos um prazo mais alargado para discutir, para debater, fazer propostas, propor alterações, consolidar toda esta matéria.

Entendemos que esta Assembleia Municipal deve constituir um grupo de trabalho que promova audições, audiências, elabore propostas e pareceres, de modo a que se garanta a identidade da região e que as políticas de proximidade – tão propaladas por todos – se façam num quadro de descentralização e de racionalização das estruturas sem que o concelho de Leiria fique para trás, como nesta primeira abordagem parece querer acontecer.

Repito que a proposta é a constituição de um grupo de trabalho.

E por aqui fico, senhor Presidente.

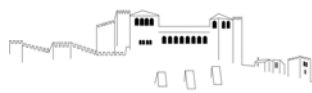
Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora deputada.

O texto das moções, se quiser que sejam votadas, terá que nos deixar em cima da Mesa.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Maceira.



DEPUTADO VITOR SANTOS (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE MACEIRA)

Vitor Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Maceira.

Exma. Mesa, senhor Presidente, senhores vereadores, caros colegas deputados, Exmo. público e senhores jornalistas.

Estou extremamente agradado por estar aqui nesta Assembleia e ver que hoje o período de antes da ordem do dia trouxe temas com algum interesse e vejo que estamos todos preocupados mas também motivados para seguir em frente.

Gostaria de apresentar um tema que não foi abordado hoje, a segurança de pessoas e bens.

Na Maceira, no último ano e meio, tem havido uma série de furtos de cabos telefónicos, que tem deixado a freguesia quase inoperante. Posso dizer que temos muitas empresas exportadoras que trabalham na área de moldes e que têm tido prejuízos muito avultados. Nesse sentido, cumpre-me - mais uma vez – depois do que temos feito ao longo deste ano e meio pois já sensibilizámos todas as entidades com competências para resolver esta situação e, até ao momento, nada conseguimos. Compete-me vir a esta Assembleia – mais uma vez – pedir a vossa colaboração no sentido de aprovar uma moção a apresentar à administração da Portugal Telecom, para assim tentarmos conseguir alguns resultados.

Durante este ano e meio, dos vinte e nove lugares da freguesia de Maceira, provavelmente não houve uma semana em que um deles não tenha sido afectado por estes roubos de cabos de telefone. É neste sentido que vou apresentar uma moção a esta Assembleia, para que possamos aprová-la e transmitir todo este pesar à administração da Portugal Telecom.

“A população da Freguesia de Maceira do Concelho de Leiria, apresenta a esta Assembleia Municipal a moção aprovada por unanimidade na Assembleia de Freguesia realizada no dia 23 de Setembro de 2010, relativa aos sucessivos cortes dos serviços de telefone, fax e internet. Atendendo que existem lugares nesta Freguesia que nos últimos meses têm sido privados de comunicações com prejuízos significativos quer para os particulares quer para as empresas lá instaladas, sobretudo para aquelas que se dedicam à exportação e que dependem em muito das comunicações, entre as quais salientamos as indústrias de moldes.

Atendendo que esta situação é devida aos sucessivos furtos dos cabos que suportam os serviços e que são propriedade da Portugal Telecom.

Atendendo que apesar de todos os esforços e dos contactos feitos por esta Junta de Freguesia através da rede de apoio ao cliente da PT, e em que os serviços vão sendo repostos com maior ou menor demora, mas sem que sejam tomadas outras medidas que acabem com este flagelo que se repete sucessivamente, sem que os lesados sejam ressarcidos dos seus prejuízos, pois não basta reduzir uns cêntimos na factura, pelo serviço que não prestaram.



Assim, a Junta de Freguesia de Maceira, e a respectiva Assembleia de Freguesia em representação de toda a população, solicitam à Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 30 de Setembro de 2011, a aprovação desta moção a apresentar à Administração da PT, pela falta de cumprimento deste serviço público, que mesmo sendo uma empresa privada tem o dever de prestar com eficiência, tendo em atenção que todos os cidadãos e empresas pagam por um serviço, em que nem sempre são servidos."

Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Azoia, para terminar.

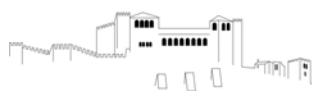
DEPUTADO MANUEL CARVALHO (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE AZOIA)

Manuel Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia.

Boa noite a todos.

Hoje, não estava para aqui vir falar sobre as notícias vindas a público em diversos meios de comunicação social, nomeadamente na estação de televisão SIC, acerca da intenção do Município em vender as escolas que estão desactivadas, porque na passada segunda feira, no serão de trabalho promovido pelo senhor Presidente da Câmara, tive oportunidade de manifestar o que pensa a Junta de Freguesia sobre o assunto. No entanto, porque no mesmo dia se realizou a Assembleia de Freguesia onde essas notícias foram analisadas e curiosamente onde, por esse motivo, espontaneamente, assistiu um ex-presidente de Junta, natural e residente em Alcolgulhe, lugar onde se encontra uma das duas escolas encerradas na freguesia e onde a SIC fez reportagem, dizendo-se portador da mensagem da população; ainda porque muitas pessoas me têm questionado sobre este assunto, e porque por unanimidade todos se manifestam desagradados com a ideia, até porque o terreno onde as escolas foram construídas foi oferecido pela população. Mais ainda porque alguns jornalistas, nos últimos dias, me tem questionado, resolvi trazer o assunto à Assembleia Municipal, que é – paralelamente com a Assembleia de Freguesia - o órgão político onde o verdadeiro debate deve ser feito.

Assim, após procurar documentação sobre a dita oferta dos terrenos para a construção das referidas escolas - Alcolgulhe e Codiceira - nas actas da década de cinquenta da Junta de Freguesia, encontrei referências claras e inequívocas de que as populações dos respectivos lugares não apenas se comprometeram a oferecer os terrenos como efectivamente o fizeram. Inclusive um morador fez-me chegar a lista com os nomes e as quantias que cada chefe de família deu, tendo-se apurado a quantia de dez contos, em cada um dos referidos lugares, valor pelo qual se compraram os terrenos para a Câmara Municipal construir as escolas. Isto há cinquenta anos. Foi certamente um grande esforço das populações para se conseguirem



criar condições para as crianças estudarem. O sector da educação era uma prioridade para estas gentes que se sentem orgulhosas do passado, sobretudo por terem contribuído para se erguerem as escolas. Hoje, sentem-se tristes por as escolas terem sido fechadas, desiludidos e frustrados perante as notícias de poderem vir a ser vendidas.

Poderemos dizer que na freguesia de Azoia persiste uma continuidade cultural na forma de resolver problemas comunitários e, no caso concreto, os relativos à educação. Se o município - no passado como no presente - por razões financeiras não pode fazer as melhorias escolares consideradas mínimas, isso ultrapassa-se. Não foram muitos, mas foi muito bom o trabalho de alguns pais realizado no último período de férias escolares, que voluntariamente aceitaram o desafio e a motivação lançada pelo senhor vereador e, com o apoio da Câmara em materiais, pintaram a escola do Vale do Horto – por dentro, por fora e muros – e ainda lhes sobrou disponibilidade para fazerem o mesmo nas outras escolas da freguesia. Também por isso manifestam o seu descontentamento perante estas notícias, que não são encorajadoras nem do serviço de missão nem do serviço cívico que o Carlos falou, e eu acrescentaria nem do voluntariado, que tanta falta faz neste país.

Em conclusão, sobre as notícias da venda das escolas, a Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia e todos os fregueses que nos fizeram chegar a sua opinião (e foram muitos), em unanimidade, estão contra as notícias vindas a público e contra a venda das escolas. Admitem, contudo, a sua venda se o dinheiro obtido for aplicado no sector da educação, nomeadamente na compra de um terreno apropriado na freguesia para um centro educativo, terreno que a Junta de freguesia não possui e que julgamos ser o motivo pelo qual a Câmara não decidiu lançar a concurso. O centro educativo de Azoia, ao contrário do que já aconteceu, segundo li na imprensa, com os centros educativos de todas as freguesias limítrofes de Azoia, pertencentes ao concelho, e que provavelmente ofereceram terreno para a respectiva construção, coisa que Azoia ainda não pode fazer. Sabemos que o centro educativo de Azoia estava contemplado na Carta Educativa do concelho quando esta foi aprovada.

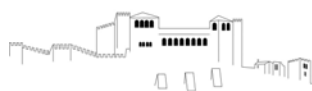
PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor Presidente, tenho que lhe pedir que termine.

DEPUTADO MANUEL CARVALHO (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE AZOIA)

Termino já.

Assim, solicitamos ao senhor Presidente que atenda a vontade legítima da população de ter um centro educativo e para isso estaremos naturalmente abertos à intenção da venda das escolas, que não desejamos ver encerradas. Tenho aqui, só para vos mostrar, um documento onde consta a lista de todos os moradores que contribuíram com o donativo para angariar os dez mil escudos. Está ordenado por ordem da importância, temos ofertas de mil escudos (há



cinquenta anos) e ofertas de cinco escudos. Talvez os cinco escudos tenham sido entregues com mais esforço que os mil!

Finalmente, quero agradecer ao senhor Presidente a transferência que mandou fazer ontem, relativa ao protocolo de 2009 e respeitante à requalificação de arruamentos realizada nesse ano. Citando o dizer do povo *"mais vale tarde que nunca!"*

Obrigado senhor Presidente da Câmara, pelo pagamento e obrigado, senhor Presidente da Mesa da Assembleia, pelo minuto.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Terminamos as intervenções e vou dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara. De acordo com o Regimento, não deverá exceder dez minutos para responder, nos aspectos que lhe parecerem dizer respeito à actividade da Câmara Municipal.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Senhor Presidente, senhores deputados.

Vou tentar cumprir com a ordem cronológica das intervenções dos senhores deputados, dando a conhecer algumas notas e tecendo também alguns comentários.

Começo pela intervenção do senhor deputado professor Manuel Antunes, por quem tenho grande consideração e que por todos é reconhecida. Quero dizer-lhe que seria dispensável a forma como quis fazer a abordagem da avaliação do estádio. Não lhe fica bem a insinuação feita e a questão da honestidade política que apregoou, por uma razão muito simples... quem está a gerir tem que procurar a melhor maneira de gerir os poucos recursos que tem. Quando se colocou a hipótese inicial de alienação do topo norte – a que depois se seguiu um outro cenário envolvendo o próprio estádio – havia que fazer a respectiva avaliação. Tendo nós, internamente, um elemento que foi meu adjunto, que está credenciado e registado na respectiva Associação Nacional dos Avaliadores e que é perito da Direcção-Geral dos Impostos, porque razão haveríamos de ir buscar um avaliador fora, tendo que lhe pagar o respectivo serviço? E vejamos o porquê desta opção. Se acham que o valor das avaliações está baixo, naturalmente que tem solução, angariando os interessados para pagar mais. Mas eu queria aqui focalizar os valores que temos de custo global do projecto. Foi uma informação que foi feita há alguns anos atrás, para responder a um questionário dirigido aos promotores públicos do Euro 2004, em que diz que o estádio – naquela altura – o valor que teria custado só a estrutura estádio, sem estacionamento, sem acessibilidade e outros que não estão aqui identificados, tinha naquela altura o valor de cinquenta e três milhões de euros. O valor da avaliação, envolvendo o que custou cinquenta e três milhões, está – para efeitos de hasta pública – em sessenta e três milhões de euros. Mas se formos só ao topo norte, a informação que pude recolher da parte de quem esteve ligado à construção, foi de que – e porque foi feito numa fase em que não estava prevista – foi executado pelo custo de



doze milhões e meio. O valor da avaliação é de vinte e quatro milhões e quarenta e cinco mil euros, que entendemos passar para vinte e quatro milhões por haver razões objectivas para o efeito. Ou seja, em tempo de crise, num tempo em que há dificuldades de toda a maneira e feito, os valores e a respectiva avaliação são sempre superiores ao que efectivamente custou. Com base nisso, não consigo atingir o alcance das afirmações que proferiu porque não fazem sentido, na minha óptica, atendendo ao que acabei de expressar.

Relativamente à intervenção do senhor deputado Manuel Cruz, estamos de acordo de que efectivamente o "*Documento Verde*" tem que ser objecto de uma forte análise por todos. Há uma preocupação, embora saibamos as razões e até – em boa parte – também estamos em comunhão com a necessidade de haver algumas alterações, mas temos que ponderar seriamente como é que isto poderá ser feito em relação ao concelho de Leiria.

Ao senhor deputado Acácio Bárbara, quero informar que está concluído o trabalho de identificação de todos os parques infantis da responsabilidade da Autarquia e está em preparação o processo para que no próximo ano se possa lançar o concurso tendente à reabilitação dos trinta parques, de acordo com o que a lei prevê.

No que à intervenção do senhor deputado José Francisco diz respeito, quando diz que o último sector a ser afectado devia ser o do desporto. Estamos, obviamente, em oposição porque realmente o último sector a ser afectado deveria ser o da área social. Esse, infelizmente, é que vai aumentar e muito! Vai bater à porta de todos nós – Câmara, Juntas de Freguesia e por aí fora. Mas também aqui teremos que fazer cortes e por aí se pode ver a situação que estamos a viver.

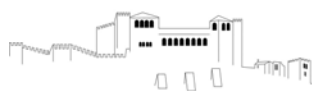
PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Peço desculpa mas não pode haver diálogo entre o senhor Presidente da Câmara e os senhores deputados durante o funcionamento da Assembleia.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Relativamente às questões abordadas pelo senhor deputado António Fernandes, que levantou aqui um problema relativo aos barulhos e à confusão que existe no centro histórico. É, neste momento, uma das maiores preocupações do executivo e em breve teremos que tomar decisões pois que começa a ser impossível lá viver. Está a acontecer um abandono de moradores que em nada contribui para termos todo aquele edificado objecto de reabilitação e, em consequência, ocupado. Quanto ao problema da estrada de acesso à Senhora da Encarnação, quero dizer que há sinalização vertical e, portanto, é um problema da PSP, que deve actuar. Não respeita à Câmara só por si, embora possa fazer o alerta junto da PSP pois terá que ser esta força de segurança a ter que actuar no controle do estacionamento naquele acesso.

Quanto à intervenção do senhor deputado José Peixoto, que falou numa série de situações e também do estádio. Naturalmente que ao por aqui em causa a necessidade das despesas de



conservação que vão ser necessárias e eventualmente ter que suportar, é um bom sinal de que alguma coisa tem que ser feita para rentabilizar aquele espaço e a opção da alienação é uma das poucas soluções que resta, a exemplo do que está a acontecer por todo o país, em que se está a tentar alienar património, em que se está a buscar soluções alternativas e conhecendo-se que a banca nacional – neste momento – não empresta um cêntimo às autarquias do país, o que está a causar situações dramáticas nalguns casos onde já há dificuldades para terem os recursos para pagar salários. Como muito bem disse, todos os anos havia a intenção de alienação do topo norte, pelo que não vejo o porquê de não se manter se manter esta possibilidade, no sentido de também contribuirmos para uma melhor saúde financeira da Autarquia, enquanto é possível.

Ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes, senhor Amílcar,

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor Presidente, peço-lhe que seja breve.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Vou tentar.

Queria dizer que a política desportiva já foi aqui tratada e esta resposta também serve para a intervenção do senhor deputado Carlos Conceição. Quando se fala de política desportiva que não existe, pergunto se a política municipal que os leirienses desejavam é aquela que temos hoje e que se corporiza num estádio onde estão enterrados mais de cem milhões de euros – e por isso é uma das causas da situação que temos – e se investiu em pavilhões que durante o dia estão encerrados. É isso que é uma boa política desportiva para o concelho?

Também queria aqui dizer, já agora, ao senhor deputado Domingos Carvalho que a ausência de política desportiva passa por isto tudo. As dificuldades são conhecidas, já temos utilizado vários conceitos para explicar algumas das situações e penso que estará tudo dito em relação a esta matéria.

Quanto ao senhor deputado Carlos Conceição, quando fala da Leirisport e da evolução que teria havido de recuperação, dizer-lhe que basta analisar as contas. Aqueles que sabem minimamente de contas sabem muito bem como se pode gerir resultados. O grande resultado que nos preocupa é que no final do exercício de 2010 tínhamos onze milhões de euros de prejuízos acumulados.

Ao senhor deputado Carlos Guerra, dizer-lhe que temos feito – dentro do pólo de Turismo Leiria/Fátima – a crítica às entidades que deram origem a esta situação. A região de Leiria tem estado sempre debaixo de uma árvore chamada Lisboa, que obtém praticamente todos os meios financeiros disponíveis do Instituto de Turismo, o qual está focalizado unicamente no sector do turismo virado para um dia de viagem a Fátima e retorno a Lisboa. Estamos a pagar essa factura há muitos anos. Em relação à linha do Oeste, já foram conhecidas as posições dos municípios e esperemos que haja soluções.



Quanto à intervenção do senhor deputado Vitor Lourenço, desculpe senhor Presidente, mas é extremamente importante clarificar este assunto e aquilo que tem sido dito, até pela última questão que foi colocada pelo senhor deputado Vitor Lourenço. Peço também ao senhor Presidente a sua benevolência.

Quero dizer o seguinte:

Em seis de Março de 2003 há uma escritura feita entre a Câmara Municipal de Leiria e a Leirisport, tendo em vista a cedência – a título gratuito – de uma parcela de terreno para construção com uma área X. E que área era esta? Fazia parte de um artigo rústico da matriz de Leiria;

Em dezasseis de Abril de 2003 foi apresentada pela Câmara, já fora de prazo – passo a redundância do facto – uma declaração modelo de contribuição predial, para efeitos de avaliação da referida parcela de terreno;

Em oito de Setembro de 2003 é a Câmara de Leiria notificada, dizendo que o valor da avaliação tinha uma base de duzentos euros o M2, o que totalizava oito milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil e seiscentos euros, que nem sequer foi contestada;

Em 2006 (está aqui o salto) é conhecida uma acção inspectiva à Leirisport, que detecta incorrecções em termos de IVA e de IRC, levanta processo de contra-ordenação por falta de apresentação da relação de bens derivada desta doação efectuada em 2003. Do relatório consta que teriam sido apurados sessenta e seis mil euros – se a memória não me falha – de imposto sucessório... corrijo, de sessenta e três mil euros.

Acontece que não é da competência da Inspeção Tributária fazer o apuramento do imposto sucessório. Tal é da competência dos serviços locais, razão porque nunca foi feita aquela liquidação e não poderia haver pagamento deste imposto. Mais, a própria acção inspectiva devia ter tido a preocupação de cuidar de saber, quando levanta o processo de contra-ordenação por falta de apresentação da relação de bens, se sabia – desde logo - que teria havido uma doação de parcela de terreno, o que não foi feito.

O que nós sabemos é que em Fevereiro deste ano a Leirisport é notificada para pagar imposto sucessório por força daquela doação. Lamentavelmente para nós, mais três/quatro semanas e essa liquidação teria prescrito. E quando se coloca aqui a questão de quem é que acordou esse imposto, também gostávamos de saber! Uma coisa lhe garanto... não somos masoquistas! O que redundou a seguir foi a impugnação, depois de ter sido feito o contraditório e não ter sido acolhido pela Administração Tributária. Foi feita a liquidação definitiva e em função disso a Leirisport apresentou impugnação judicial no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, tendo requerido – inclusivamente – a dispensa de prestação de garantia para o processo executivo, uma vez que tendo sido fixado o prazo de pagamento obviamente que não iríamos pagar os quatro milhões, até porque dependeremos sempre do resultado da impugnação e entendemos que haveria condições para dispensa de prestação de



garantia. Eu próprio falei com o actual Director-Geral dos Impostos nesse sentido, tendo-me dado conta que havendo problemas também em mais três ou quatro Câmaras, há uma instrução administrativa que impede que isso possa acontecer.

No dia em que a Leirisport é notificada do indeferimento da dispensa de prestação de garantia, nesse mesmo dia a Administração Tributária – de forma automática – busca qual é o património do devedor e requereu o registo de hipoteca – não é a penhora – sobre o estádio de Leiria.

Não sei se me fiz explicar. Os documentos estão visíveis em sede própria.

Não deixaria aqui de referir – para quem se esqueceu – que a partir do momento em que é deliberado em Câmara a cedência por doação de uma parcela de terreno, quem é que não teve o mínimo de cuidado e atenção de perceber que tinha que apresentar uma relação de bens para efeitos da respectiva avaliação e estar, obviamente, pendente desta avaliação. Assim não acontecendo, tudo isto ficou em causa. Vamos esperar que o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria possa, efectivamente, dar razão à Leirisport, para evitar este pagamento porque se ele tiver que acontecer não vai morrer aqui, seguramente.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor Presidente, peço-lhe que conclua o mais rapidamente possível.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Ao senhor deputado João Cunha quero informar quanto ao santuário do Arrabal. Fomos alertados e esta obra está embargada. O processo está a seguir os seus termos, tendo em vista a eventual demolição do que ali se encontrar.

Quanto à intervenção do senhor deputado Vitor Santos, já fizemos também nota para a PT da situação que se vive com os roubos que têm vindo a acontecer na Freguesia de Maceira e que estão a pôr em causa o funcionamento de muitas empresas, causando-lhes eventuais prejuízos.

Sobre a situação das escolas exposta pelo senhor deputado Manuel Carvalho. Lembro-lhe que naquela reunião de trabalho o que ficou acordado, que estava decidido já antes, é que a avaliação das escolas – se houver necessidade de as alienar – é feita caso a caso. Penso que se recorda que foi isso que lá ficou tratado e naturalmente que iremos esperar por essa altura, porque vender uma escola para se construir um centro educativo... é preciso que haja dinheiro para se construir o centro educativo. Não é só para o terreno. Portanto, caso a caso, com certeza que actuaremos em consonância com as Juntas de Freguesia e tomaremos, com os responsáveis das Juntas, as melhores decisões.

Senhor Presidente, se faz favor.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Tive um pedido de uso da palavra por parte do senhor deputado José Francisco, que não lho darei. Pede a palavra sob o pretexto de o senhor Presidente da Câmara ter feito uma interpretação errada da sua intervenção. A verdade é que este pretexto serviria a todos os senhores deputados que usaram da palavra para voltar a pedi-la e, portanto, não darei. Aliás, a questão fica clarificada.

Não há defesa da honra porque a sua honra não foi ofendida, senhor deputado. Não, não foi. Além do mais, o tempo foi esgotado e acresce, finalmente, uma coisa muito simples. Todas as intervenções são gravadas e são reproduzidas textualmente na acta. O público presente fará o juízo que tiver e não vou manter o diálogo consigo, senhor deputado, porque – como digo – não vamos arrastar o período de antes da ordem do dia, que está arrastado muito para além daquilo que o Regimento prevê.

Passaremos adiante. Falará com o senhor Presidente quando quiser, peço-lhe é que não dialogue aqui porque perturbará o funcionamento da Assembleia. Senhor deputado! Peço-lhe que acate o poder da Mesa! Estou a fazê-lo, foi esse o mandato que me foi conferido, senhor deputado.

Temos, para encerrar, a votação e apreciação – que peço seja brevíssima – de um conjunto de moções, hoje maior que o costume.

A primeira, que é entregue por um conjunto de Presidentes de Junta e que tentarei sintetizar pois é mais simples:

A propósito da reforma da Administração Local e seus anexos sobre a reorganização e extinção de freguesias; Porque o tema deve ter uma participação activa das populações para conseguir uma reorganização consensual; Os Presidentes das Juntas das Freguesias de Azoia, Barosa, Barreira, Boavista, Cortes, Parceiros, Regueira de Pontes e Santa Catarina da Serra propõem que a Assembleia delibere a convocação de uma Assembleia Municipal extraordinária, a realizar no prazo de trinta dias, com o ponto único *“Análise e discussão da reforma da Administração Local e seu impacto nas freguesias”*.

Como o número de requerentes é inferior a um terço, que são os requerentes previstos no Regimento para convocarem uma Assembleia Municipal, obviamente que esta deliberação terá que ser precedida de votação da Assembleia Municipal.

O requerimento em si não é válido, por isso é uma proposta e terei que colocá-la a votação. Assim farei. A proposta é perfeitamente clara. Não sei se alguém pretende usar da palavra...

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Azoia, que é um dos subscritores.

Condicionarei muito o uso da palavra a intervenções brevíssimas porque estamos no período antes da ordem do dia. Caso contrário, agendarei o assunto para outra sessão.



DEPUTADO MANUEL CARVALHO (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE AZOIA)

Boa noite.

Proponho, caso a moção venha a ser aprovada, que – se possível – não haja pagamento de senhas nessa Assembleia extraordinária.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Peço à Assembleia que não tenha em conta a proposta. Este assunto já uma vez foi discutido no mandato anterior. Não podemos deliberar à margem da lei e, portanto, terá que ficar ao cuidado de cada deputado municipal.

Senhor deputado João Cunha. Peço-lhe também que seja muito breve.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Penso que esta proposta que os senhores Presidentes de Junta aqui apresentaram é uma proposta importante. Só pedia que – se possível – a alterassem e não confinassem a realização da Assembleia ao espaço de um mês. Conforme disse a senhora deputada Odete João, o calendário que está previsto no documento elaborado pelo governo é um pouco mais extenso. De forma que confinar a necessidade do debate a um mês será talvez precipitar a situação. Penso que o debate deverá ser um pouco mais alargado à sociedade civil, para que depois a Assembleia Municipal possa, com outros dados, analisar a situação. A proposta é muito positiva mas com esta ressalva.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

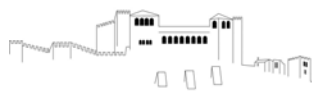
Muito obrigado senhor deputado.

Não vejo mais ninguém inscrito. Eu faria a seguinte sugestão: Substituir por os trinta dias dentro do prazo útil previsto no debate público da legislação em causa. Obviamente que arranjará depois o texto mas percebe-se o que pretendo dizer. Se os subscritores estiverem de acordo pois a proposta não é minha. Perguntarei aos senhores Presidentes das Juntas de Azoia, Barosa, Barreira, Boavista, Cortes, Parceiros, Regueira de Pontes e Santa Catarina da Serra se, na sequência da intervenção do senhor deputado João Cunha, aceitam esta alteração. No prazo útil, por forma a que se discuta ainda dentro do limite de tempo previsto no debate público. Pode ser assim? Colocarei a proposta à votação. Dispensar-me-ão, creio, de a ler de novo.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada e, em consequência, realizar uma reunião extraordinária, com o ponto único “Análise e discussão da reforma da Administração Local e seu impacto nas freguesias”.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Terei em conta esse calendário e convocarei essa Assembleia.

A moção entregue pelo senhor deputado Carlos Guerra, que diz, depois dos considerandos, o seguinte:

“A Assembleia Municipal de Leiria, reunida na sua quarta sessão ordinária em 30 de Setembro de 2011, delibera:

1 – Manifestar o seu apoio à requalificação da Linha do Oeste, eixo ferroviário de grande importância para o desenvolvimento do país, da região e do concelho de Leiria;

2 – Expressar o seu desacordo com quaisquer medidas que levem ao encerramento da Linha pelas consequências negativas para o transporte de mercadorias, nomeadamente do cimento produzido na Maceira, para as populações e os trabalhadores da CP e da REFER;

3 – Sensibilizar o Governo para que no âmbito das orientações estratégicas para os transportes e comunicações seja considerada a modernização e requalificação da Linha do Oeste no percurso entre Lisboa e Figueira da Foz, seja reforçado o papel das estações do concelho de Leiria e seja considerada a construção de um ramal de ligação ao futuro parque industrial de Monte Redondo;

4 – Recomendar à Câmara Municipal de Leiria que tome em mãos a defesa e modernização da Linha e que assuma tal função com as demais câmaras municipais do distrito por ela atravessadas como elemento essencial da sua acção sensibilizadora junto do poder central;

5 – Nomear uma delegação desta Assembleia, constituída pelo seu presidente e por membros de todos os grupos municipais, para sensibilização directa, nomeadamente, do Sr. Ministro de Economia e do Emprego e da Sr. Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.

Mais delibera remeter a presente moção a sua Excelência o Senhor Presidente da República, à Assembleia da República e a todos os grupos parlamentares que a compõem, ao Excelentíssimo Senhor Primeiro-Ministro, ao Sr. Ministro da Economia e do Emprego, à Sra. Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, ao Parlamento Europeu, ao Exmo. Senhor Presidente da Comissão Europeia e ao Conselho de Administração da REFER.”

Alguém pretende pronunciar-se sobre o conteúdo da moção?

Senhor deputado Domingos Carvalho, faça favor. Peço-lhe, uma vez mais, que seja breve. Todos compreendem porque faço, reiteradamente, este pedido.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS-PP)

Domingos Carvalho, eleito pelo CDS – Partido Popular.

Habitualmente gosto, francamente, das intervenções do senhor deputado Carlos Guerra. Lamentavelmente – por norma – e relativamente às propostas e moções que aqui nos trás, não posso ter a mesma opinião.



Gostava que todos ponderassem que, neste momento, o argumento básico e utilizado é o serviço que é feito de forma quase residual, hoje, pela CMP, de entrega - nos depósitos de revenda – do produto produzido na fábrica. Ou seja, neste momento não tenho qualquer dúvida em afirmar que grande parte da venda é feita a granel, isto é, em carga em camião, outros mesmo de camião ensacado e isto é feito apenas para transporte para os depósitos de venda e distribuição. E há uma coisa que não posso deixar de vos dizer... CP, REFER, estamos a falar de cerca de doze mil milhões de dívida! Há cento e cinquenta anos que os comboios neste país – que ninguém usa – nos andam a gastar dinheiro. Estrategicamente nunca contribuíram para nenhum desenvolvimento deste país nem nunca vão contribuir para isso. Há algumas linhas que têm condições para ser dignificadas e servir as populações. Não é o caso porque a moção o reconhece, não serve as nossas populações.

Tenho dúvida que neste momento não haja prioridades mais importantes para o nosso país e para a nossa região. Ainda agora ouvi aqui falar do problema do desporto, gravíssimo para os nossos jovens. Cada coisa a seu tempo! É que já basta de andarmos a pagar o metro...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado, peço-lhe que termine.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS-PP)

... de Lisboa, o metro do Porto. Todos estes transportes de gente fantástica e que nos custam milhares de milhões de euros! Acho que é inaceitável e que não é uma recomendação que devamos dar ao nosso governo.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Não tenho mais nenhuma inscrição e vou colocar à votação esta moção sobre a linha do Oeste, apresentada pelo senhor deputado Carlos Guerra.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou, por maioria, com um voto contra e dezasseis abstenções, aprovar a moção apresentada.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado Carlos Guerra, a moção que entrega a seguir tem a ver com as questões de reorganização do poder local. Far-lhe-ia a proposta de deixar transitar este assunto – sem querer com isto condicionar os seus direitos - porque seria prematuro a Assembleia aprovar uma moção quando decidiu convocar uma Assembleia Municipal extraordinária para esse



efeito. Concorda? Que fique registado em acta que o senhor deputado Carlos Guerra concordou com a minha sugestão.

Por idêntico motivo, faço a mesma sugestão à senhora deputada Odete João. A moção que apresenta tem também a ver com esta questão da organização do poder local. Propõe um processo diferente mas vamos ter uma Assembleia Municipal extraordinária expressamente para este efeito. Sugerir-lhe-ia que deixasse transitar o assunto para essa Assembleia Municipal. Aceita? Que fique registado que a senhora deputada Odete João aceita também fazer transitar a sua moção/pontos de vista para a Assembleia Municipal extraordinária que será convocada.

Uma outra moção, apresentada pela senhora deputada Odete João e pelo senhor deputado António Sequeira, relativamente à requalificação dos recursos humanos e ao modelo de desenvolvimento do país e que termina assim:

A Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 30 de Setembro de 2011, sublinha a importância daquele investimento para o concelho de Leiria, repudia a sua súbita suspensão e exorta o governo a reconsiderar a sua posição nesta matéria, a bem do desenvolvimento geral do país e desta região em particular."

Estamos a falar do investimento previsto para a recuperação da escola secundária Afonso Lopes Vieira.

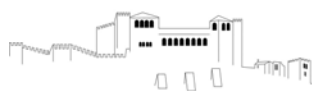
Senhor deputado Vítor Lourenço, por favor.

Permita-me que lhe peça também que seja breve.

DEPUTADO VÍTOR LOURENÇO (PSD)

Vítor Lourenço, PSD.

Naturalmente que a proposta da senhora deputada Odete João faz todo o sentido. Nós devemos apoiar a recuperação e a reconversão de todo o nosso parque escolar. Apenas queria lembrar que neste momento o Ministério da Educação do actual governo ainda não disse que não ia repor esse programa de investimento. Disse apenas que ia suspender, estudar, avaliar a Parque Escolar que é, digamos, a empresa "dona" deste enorme investimento e que tantos milhões foram precisos ir buscar ao Banco Europeu para financiar e, portanto, faz parte da dívida - faz parte da nossa grande dívida - que o anterior governo nos deixou. Acho que num momento em que está a ser monitorizado e avaliado o trabalho dessa empresa e que tanta crítica tem merecido. Nós apoiaremos essa moção, naturalmente. Nós, deputados do PSD, não temos qualquer "Quid pro quo", digamos, em aprovar e apoiar este tipo de moções. Só que julgo que seria mais conveniente da nossa parte deixá-la para um momento em que tivéssemos e fossem anunciados resultados públicos dessa avaliação e dessa monitorização. Na verdade, só para dar um exemplo senhores deputados, todo o investimento feito em centros escolares por parte dos municípios portugueses rondou, em média, um milhão e duzentos e cinquenta mil euros, uns maiores outros mais pequenos. A



Parque Escolar ronda, neste momento, os dezassete milhões e meio de euros por escola. É um custo considerado um exagero inexplicável! As primeiras escolas secundárias que foram lançadas...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado, peço-lhe que seja breve.

DEPUTADO VÍTOR LOURENÇO (PSD)

... com a dimensão das de Leiria estimaram doze milhões e custaram quase vinte milhões cada uma. Os últimos projectos já passaram todos para vinte e tal milhões. Portanto, é necessário deixarmos avaliar e ver até que ponto é que estes investimentos estão realmente a ser feitos com equidade, com justiça e com o valor real dos próprios.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhora deputada Odete João para responder e depois colocarei à votação, a menos que a senhora deputada retire, claro.

DEPUTADA ODETE JOÃO (PS)

Obrigado senhor Presidente.

De uma forma muito breve, o grupo municipal do Partido Socialista entende que é um direito do governo auditar a empresa Parque Escolar. É um direito que lhe assiste, auditar, avaliar, fazer o que entender. Agora, há um conjunto de escolas – são dez a nível nacional, onde se inclui a escola secundária Afonso Lopes Vieira – em que os concursos foram feitos, foram concluídos, estava previsto a obra iniciar-se em Junho e não começou. Não estou a falar da fase quatro das obras da Parque Escolar mas sim desta situação específica. Lembro que não é comparável a requalificação de uma escola secundária com a requalificação ou a construção de um centro escolar, por todos os equipamentos que envolvem e pela especificidade que tem, até pela dimensão. Um centro escolar tem normalmente dez/doze salas, não é? Há outros até com menos salas. Uma escola secundária tem muito mais salas, tem laboratórios específicos e tem outro tipo de equipamentos, necessariamente mais caros. Lembro também que esta obra tinha um custo inicial que foi revisto e que foi ajustado àquilo que eram as necessidades da escola. E lembro ainda que esta situação, a perdurar, passamos a ter um problema gravíssimo que é a clivagem que se gera entre as duas escolas do centro de Leiria, que já estão requalificadas, e a escola Afonso Lopes Vieira. De facto, em termos de equidade, não estamos a ir no caminho certo. Entendemos, por isso, que independentemente da avaliação que seja feita à Parque Escolar, estas obras – e especificamente esta – devem continuar, até porque em termos de economia e em termos de postos de trabalho – e já todos lemos notícias sobre isto – permite não perder mais postos de trabalho no momento difícil que o país atravessa.



Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Deduzo da intervenção da senhora deputada que mantém a moção e vou colocá-la à votação. Repito, a moção tem a ver com a escola secundária Afonso Lopes Vieira e é no sentido de sublinhar a importância desse investimento para o concelho de Leiria. Repudiar a súbita suspensão e exortar o governo a reconsiderar a sua posição, a bem do desenvolvimento geral do país e desta região em particular.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou, por maioria, com onze abstenções, aprovar a moção apresentada.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Azoia, para uma declaração de voto. Faça favor.

DEPUTADO MANUEL CARVALHO (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE AZOIA)

Boa noite.

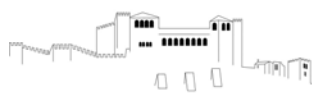
Tendo eu feito uma intervenção sobre a necessidade de se construir um centro educativo em Azoia, não poderia deixar de votar a favor de uma melhoria significativa numa escola secundária do concelho. No entanto, tendo eu feito parte do concelho geral do liceu Rodrigues Lobo, tive oportunidade de observar que muita intervenção e muitas obras foram feitas sem qualquer necessidade – e pior que isso – foram feitas depositando muito material bom na rua, no lixo, e aplicado material que provavelmente não haverá possibilidade de haver dinheiro para o sustentar. Espero que se tenha esta avaliação que já foi feita por nós no concelho geral da escola em conta e que, se forem para a frente, as obras na escola Afonso Lopes Vieira sejam executadas com uma seriedade e com uma racionalidade mais eficiente.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Última moção, entregue pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Maceira. Vou dispensar-me de a ler toda.

Refere os sucessivos cortes dos serviços de telefone, fax e internet; os prejuízos significativos para particulares e empresas instalados na freguesia e sublinha a indústria de moldes; fala numa das razões, como o furto de cabos que suportam os serviços e que apesar de todos os contactos feitos, as substituições são efectuadas com razoável demora, os lesados não são



ressarcidos nos prejuízos pois não basta reduzir uns cêntimos na factura pelos serviços não prestados.

Tudo isto é o corpo do texto de uma moção aprovada na Junta de Freguesia de Maceira, juntamente com a Assembleia de Freguesia e solicita que a Assembleia Municipal se associe a esta moção, dando-lhe também o seu voto.

É muito claro, a moção já foi aprovada na Assembleia de Freguesia de Maceira e na Junta de Freguesia. O que é proposto é que a Assembleia Municipal se associe, dando-lhe o seu voto.

Alguém tem dúvidas?

Senhor deputado João Cunha, por favor.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

O conteúdo desta moção é óbvio e merece a nossa concordância naquilo que são as suas linhas principais. Penso é que relativamente ao destinatário da moção não sei se será a entidade indicada porquanto me parece que a própria entidade é ela própria vítima dos cortes, ou seja, é ela que tem que repor aquilo que roubam. Entendo que esta parte respeitante à reposição ou aos atrasos na reposição, que é de sublinhar embora dependa das reservas financeiras que a empresa tiver. De todo o modo, parece-me que a moção deveria ser orientada sim para o Ministério da Administração Interna e para as entidades policiais no sentido de acautelarem esta matéria no capítulo da prevenção. Assim sendo, tenho alguma dificuldade – associando-me ao espírito da moção – porque me parece que o destinatário não está bem escolhido. De qualquer forma fica aqui este reparo.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Se a moção for aprovada, colocarei no final da votação também à votação a proposta de que ela seja remetida ao senhor Ministro da Administração Interna. Isso resolve o problema?

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Maceira. Peço-lhe também que seja breve. Recordo que ainda não estamos na ordem de trabalhos.

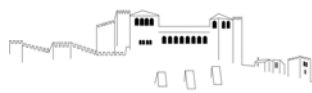
DEPUTADO VITOR SANTOS (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE MACEIRA)

Vou ser muito breve. Eu tinha um ofício dirigido ao senhor Presidente da Assembleia que diz o seguinte:

“Os nossos mais respeitosos cumprimentos.

Serve o presente ofício para lhe solicitar que na próxima Assembleia Municipal possa colocar à discussão a aprovação de uma moção a enviar à empresa e entidades competentes (PT, Ministério Público e MAI)”.

Peço desculpa porque foi um lapso.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Mais alguma intervenção? Não vejo sinal disso. Colocarei esta moção à votação. Dispensar-me-ão de repetir o conteúdo pois é muito claro, creio eu.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou, por unanimidade, aprovar a moção apresentada.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Creio que aceitam que pode ser dado por consensual que a mesma seja enviada à PT, ao Ministério Público e ao Ministério da Administração Interna. Dispensam-me, com certeza, de votar esse aspecto e assim se fará.

O senhor deputado José Alves pretende fazer uma declaração de voto.

DEPUTADO JOSÉ ALVES (PS)

Boa noite.

Já contactei – a título informal – a GNR. Os furtos diários do cobre no concelho (parece que são dois por dia) são um metal valioso no mercado internacional. A França proibiu a exportação de cobre e os furtos reduziram para uma terça parte. A solução para este problema, e votei a favor por isso, é a fibra óptica, que é mais cara que o cobre mas sendo este roubado repetidamente torna-se mais caro. A fibra óptica presta um serviço muito melhor que o cobre e é uma questão de estratégia da PT. Por isso votei a favor da moção, para que Leiria - e porventura outros concelhos - se transforme num concelho como deve ser, em que a tecnologia chegue às suas aldeias. É claro que é mais dispendioso para a PT mas esta não é propriamente pobre e o cobre, repetidamente roubado, fica muito mais caro que a fibra óptica.

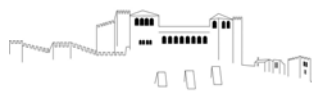
PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Está terminado o período de antes da ordem do dia.

Senhoras deputadas e senhores deputados, há duas propostas que não submeti a votação por razões simples:

- A proposta de constituição de uma comissão que analisasse o caso da Leirisport porque ela já existe e não se pode reaprovar porque a comissão existe;
- A proposta para que aquela reunião extraordinária da Assembleia se realize no centro histórico. Registo a sugestão e caberá depois à Mesa tomar a decisão que lhe parecer mais adequada a esse respeito, se o senhor deputado proponente não discordar.



ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

E entramos no primeiro pondo da ordem de trabalhos.

1.RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO – *Apreciação nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53º da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela n.º Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.*

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Alguém pretende usar da palavra?

Senhor deputado João Cunha, por favor.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Na página vinte e dois do relatório de actividades, menciona-se que está a ser ultimado o concurso público da variante dos Capuchos. A minha pergunta, dirigida ao senhor Presidente da Câmara, é se já há uma data prevista para o lançamento desse concurso.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Não vejo mais nenhuma inscrição.

Senhor presidente da Câmara, faça favor.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

O concurso da variante dos Capuchos dará brevemente entrada na plataforma electrónica, para efeitos de abertura de procedimento.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

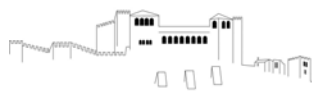
Terminou senhor Presidente? Sim.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou tomar conhecimento do relatório do senhor Presidente da Câmara sobre a actividade do Município e relatório financeiro, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53º da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela n.º Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Passamos ao ponto número dois.

2.INFORMAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO – *Apreciação nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 48.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.*



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor Presidente, faça favor de apresentar.

O senhor Presidente dispensa a palavra.

Senhor deputado Carlos Conceição, faça favor.

DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)

Carlos Conceição, PSD.

Não saúdo mais porque as saudações de há pouco ainda estão dentro do prazo de validade.

Senhor Presidente, tenho aqui três ou quatro notas. A primeira nota é que esta avaliação/relatório dos senhores revisores oficiais de contas é uma avaliação intercalar. Não consta o ano todo mas apenas até Junho, sendo que as amortizações do exercício não incluem Junho mas serão cerca de cem mil euros/mês, se a minha calculadora não se enganou nas contas.

É hábito das instituições aproveitar o primeiro semestre do ano para *"apertar"* e para ganhar alguma folga no segundo semestre, quando normalmente somos um bocadinho mais gastadores. Ora, da leitura que faço vejo que não existe grande margem de manobra e há aqui alguns sinais preocupantes.

Assim sendo, tenho aqui só três ou quatro notas para as quais pedia a sua ajuda e o seu sábio esclarecimento:

A primeira, qual é a razão da subida dos FSE's, que é tão significativa?

A segunda nota é também a subida das amortizações do exercício, que de 2010 para 2011, não sabemos se é um lapso em 2010 ou se de facto foi qualquer coisa que aqui empacotou, porque é uma alteração muito relevante;

Uma outra nota sobre os derrapamentos nas taxas de juros e os encargos directos com financiamentos bancários, que todos sabemos que subiu. Gostaria que nos ajudasse a perceber melhor esta subida tão acentuada dos custos e perdas financeiras;

Uma nota final, porque os senhores revisores dão aqui uma ênfase, apresentaram uma despesa comprometida superior à receita liquidada, o que em termos de compromissos de curto prazo poderá originar desequilíbrios de tesouraria. Queria perguntar ao senhor Presidente se tem um plano B para arranjar dinheiro.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

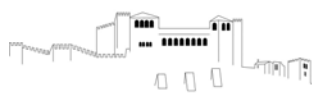
Muito obrigado senhor deputado.

Não tenho mais nenhuma inscrição.

Dou a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Em termos de avaliação de custos, é bom ver a avaliação de um exercício para o outro e reportando a trinta de Junho é de três vírgula noventa e oito. O que me parece - face aos constrangimentos que existem e também aos custos que vão subindo – natural que isto



esteja plenamente justificado. Quanto ao plano B, existe! Estamos a rezar para vender uma parte do estádio, estamos a avançar com a concessão para fazer algum encaixe. Aliás, a Nazaré também já anunciou que o vai fazer. E estamos por aí... andamos ao sabor – enfim – da conjuntura, não é?

Relativamente às FSE's e a variação dos onze por cento? Sim, são onze por cento de diferença de um exercício para o outro. Estamos a tentar que haja reforço nas despesas de capital, aproveitar ao máximo – até porque temos prazos para a regularização das obras que são financiadas – e é natural que alguma parte caia aqui e, portanto, poderá ser essa a justificação. Se houver muito interesse em aprofundarmos isto, também podemos fazer o esplanamento da situação.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Como sabem, este ponto não carece de votação. Trata-se de uma informação e a Assembleia Municipal limita-se a tomar conhecimento e a apreciar. Foi o que fez com a intervenção de um dos seus deputados.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou tomar conhecimento da informação do auditor externo sobre a situação económica e financeira do Município, nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 48.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Passamos ao ponto número três.

<p>3. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO ARTIGO 42.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - Apreciação, discussão e aprovação.</p>

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Foi-me entregue, como de resto figura nos documentos que foram distribuídos, uma proposta subscrita – em nome do grupo de deputados municipais do Partido Socialista – por dois desses deputados, nomeadamente a líder de bancada senhora deputada Odete João, que requeria a inclusão na ordem de trabalhos de uma proposta de alteração ao artigo 42.º do Regimento, que passaria a ter a seguinte redacção:

“A concessão de exclusivos e de obras e serviços públicos poderá ser feita nos termos da lei, devendo, contudo, salvaguardar-se o direito de fiscalização da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal”.

Trata-se de uma alteração ao texto do artigo 42.º, que diz, até agora:



“ A concessão de exclusivos e de obras e serviços públicos não poderá ser feita por prazo superior a vinte anos, devendo sempre salvaguardar-se o direito de fiscalização da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal”.

Como é do vosso conhecimento, o Regimento diz, no seu artigo 48.º, n.º 1:

“O presente Regimento poderá ser alterado por iniciativa da Mesa da Assembleia ou de, pelo menos, um terço dos seus membros, salvo disposição em contrário”.

Não havendo disposição legal em contrário, a representação do Partido Socialista tem mais de um terço dos membros desta Assembleia e, portanto, o ponto foi agendado com base nisso. O mesmo artigo diz ainda, no n.º 2, que *“As alterações devem ser aprovadas por maioria absoluta do número legal dos membros da Assembleia e ser inseridos em local próprio”*, o que significa que a alteração – se vier a merecer a aprovação dos senhores deputados – só será válida se obtiver trinta e dois votos. A Assembleia Municipal tem sessenta e dois deputados e terá que haver trinta e dois votos favoráveis à alteração, caso contrário não é válida e em relação a isso não haverá correcção possível.

Dou a palavra, uma vez que o ponto foi agendado por iniciativa da senhora deputada Odete João e senhor deputado António Sequeira, ao senhor deputado para apresentar, como lhe darei depois para encerrar.

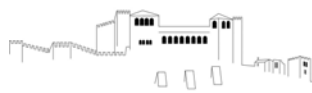
DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

António Sequeira, PS.

Boa noite a todos.

Senhor Presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores membros da Assembleia, minhas senhoras e meus senhores.

Penso que era praticamente desnecessária a minha vinda aqui, na medida em que o que se pede é uma alteração ao Regimento da Assembleia, para colocar um determinado ponto de acordo com a lei, parece-me desnecessário vir aqui. Há um decreto-lei – o n.º 194/2009, de 20 de Agosto – e, ao contrário do que há pouco temia o senhor deputado José Peixoto, não há aqui nada encoberto, é muito claro. O que deu origem a este ponto foi precisamente o assunto da privatização da água. Este decreto-lei, que é – como disse – de 20 de Agosto de 2009, é posterior à elaboração do nosso Regimento e pretende regulamentar as actividades de abastecimento público de água às populações, de saneamento e águas residuais, etc. Abre a hipótese – agora em termos políticos – de abrir a sua gestão ao sector privado e, portanto, claro que é legal. Uma das hipóteses de gestão é a concessão do serviço e o modelo de gestão concessionada, em relação a prazos de concessão que - por um decreto de 1993 – era de cinco a cinquenta anos. Para este caso é fixado um prazo entre quinze ou trinta anos, consoante haja ou não investimento significativo de expansão, modernização ou reabilitação a cargo do concessionário.



Sendo precisamente um dos objectivos deste executivo a opção por este tipo de gestão de água, ou seja, a possibilidade de serem efectuados investimentos significativos de expansão, modernização e reabilitação a cargo do concessionário, facilmente se entende que o prazo de trinta anos – conforme o próprio diploma prevê – será o mais compatível com o que se propõe concessionar.

Era só isto que queria dizer.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor deputado Vítor Lourenço, por favor.

DEPUTADO VÍTOR LOURENÇO (PSD)

Vítor Lourenço, PSD.

Apenas uma pequena nota, senhor Presidente e senhores deputados municipais.

Na verdade, quando este assunto foi tratado aqui na última Assembleia (na Assembleia das três sessões), nós tomámos aqui uma posição e fizemos aqui um pedido de que o assunto fosse retirado por considerarmos que o mesmo tinha sido tratado com pinças mal colocadas, que estava muita trapalhada pelo meio (foi esta a expressão que usámos).

Na verdade, este pedido de alteração do nosso Regimento vem dar razão às nossas preocupações em relação a um tema tão importante e que devia ser tratado com clareza, com mais transparência e sem tanta pressa.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS-PP)

Domingos Carvalho, eleito pelo CDS – Partido Popular.

Parece-me que estamos aqui, uma vez mais e em primeiro lugar, a ratificar aquilo que foi dito na pretérita Assembleia e agradeço ao senhor deputado Sequeira o facto de vir – em nome do Partido Socialista – dar razão ao argumentário que aqui foi aduzido na altura. Há, no entanto, duas questões que me parecem importantes. Percebendo claramente a justificação que aqui introduziu - de que há uma adequação à lei - não posso deixar de dizer que tem sido, e por isso o Regimento o contempla, vontade. O Regimento da Assembleia Municipal é definido pelas Assembleias Municipais, não para – e perdoem-me a expressão, que sei que todos já ouviram – “*albardar o burro à vontade do dono*” mas para podermos fazer uma circunstância (que é muito mais importante) que é, para além das leis nacionais é dado às Assembleias Municipais a possibilidade de determinarem os limites que elas a si próprias impõem. É por isso que o legislador, não sendo eu advogado e espero não estar a



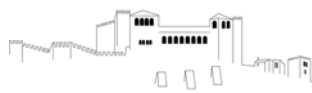
cometer nenhum erro muito grave, deixa a possibilidade às Assembleias Municipais de elas próprias se regulamentarem. Ora, os leirienses têm tido a intenção de não permitir concessões para além de vinte anos e o nosso modelo actual em nada contradiz a lei, em rigorosamente nada! Existe um modelo na lei que permite quinze e trinta anos, temos na nossa Assembleia a perspectiva de poder ir até vinte anos e, portanto, está perfeitamente contemplada na lei e não há nenhum anacronismo nessa circunstância. Mais! Eu tenho dúvidas que a forma como neste momento vamos ficar com a redacção não nos possa vir a trazer problemas no futuro. Pode haver alguém que, num futuro próximo, tenha ideias estranhas em relação a determinado tipo de concessões e nós, para resolver um pequeno incidente que muito honestamente é o que me preocupa no que estamos a fazer, estamos hoje em Setembro e em Junho foi pedido para ser criada uma comissão que pudesse analisar eventuais propostas alternativas àquela que tinha sido apresentada.

Tenho pena que aqui não esteja o senhor professor José Manuel Silva porque, nomeadamente no *facebook* – uma vez mais o refiro pois cada vez mais temos que estar atentos a estes aspectos – referiu que esta questão da água era uma questão que estava a ser manipulada politicamente e que era importante estarmos todos imbuídos do mesmo espírito, estarmos todos juntos nesta matéria. Fica aqui provado, como tive oportunidade de lhe responder no *facebook*, que no Partido Socialista não existe qualquer vontade de ouvir o que quer que seja. É impor a vontade de uma maioria circunstancial e que vai amarrar o concelho por trinta anos e não sei se para bem se para mal. Eu já disse que o modelo, a mim, não me repugna. Aquilo que acho que é mau é que nós não possamos fazer aquilo que se impunha para uma circunstância destas e que não tenho dúvida nenhuma que nenhum dos senhores que aqui estão – e perdoem-me que o refira – está ali o senhor Presidente da Junta de Freguesia dos Pousos, de quem li qualquer coisa, que dizia que se assim não fosse não tínhamos qualquer possibilidade de resolver os problemas de água e saneamento. Tínhamos! Há soluções alternativas para o resolver e, na minha opinião, com vantagens financeiras inequívocas para o município e para a região.

O Partido Socialista não quer sequer discutir. Preferiu passar três meses a dizer “*nós é que mandamos*”. Ok, mandem mas pelo menos assumam que não é correcto, que não é uma atitude que seja digna do Partido Socialista! Não tenho qualquer dúvida que em relação a este aspecto das concessões, das privatizações, foi dos grandes lutadores para que reservas destas estivessem nas leis em Portugal, para que os malandros dos empresários, os ladrões dos capitalistas não se pudessem fazer com aquilo que era de todos.

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades.

Bom, a gente cá vai andando.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Carlos Guerra.

Peço o favor aos senhores deputados de se centrarem na alteração ao Regimento e não em questões que já foram votadas nesta Assembleia.

DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)

Boa noite.

Carlos Guerra, PCP.

As duas coisas estão interligadas. Uma pessoa tem que fazer um pouco de referência. Esta proposta surge face à polémica levantada aquando da votação da concessão da água. E votámos aqui, em Junho, que a concessão seria por um período de trinta anos, quando o Regimento prevê apenas vinte. A lei fala, realmente entre quinze a trinta anos, consoante o investimento. Como é que estamos aqui a votar já a trinta anos sem sabermos o investimento? Sem conhecermos o caderno de encargos? Já na altura coloquei esta questão, mas votou-se os trinta anos. A Assembleia é soberana e votou os trinta anos.

Relativamente à redacção, acho que não é muito feliz. O "*poderá ser feita*"... poderá. Este "*o poderá*" é duvidoso, não é? Deixa muitas hipóteses. Se a Assembleia quiser pode, se não quiser não pode. E depois acho que é uma redundância salvaguardar os direitos de fiscalização da Assembleia... então é um dos deveres que tem, o de fiscalizar e põem-se aqui "*salvaguardando o direito de fiscalização da Assembleia*"?

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Isso já cá estava, senhor deputado.

DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)

Mas está a mais! É uma redundância! "*e da Câmara Municipal*"... se está a Câmara e a Assembleia, acho que é uma redundância que não deveria estar.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Permiti-me, e peço desculpa por ter feito esta intervenção, mas essa parte final do texto – compete-me dizer – já está no artigo 42.º, cuja alteração se propõe.

Senhor deputado José Francisco.

DEPUTADO JOSÉ FRANCISCO (CDS-PP)

Boa noite novamente.

Não se preocupe senhor Presidente porque vou cingir-me a este ponto.

Gostava de perguntar se o Partido Socialista pretende ou não que esta alteração ao Regimento tenha efeitos retroactivos para poder, entre aspas, legitimar o que foi votado na sessão anterior. Isto porque se vimos agora votar a alteração do período de concessão para trinta anos, significa que o Partido Socialista terá assumido que não estaria bem aquilo que o senhor deputado Sequeira terá dito, de que a lei hierarquicamente superior limitará – isto no



meu entendimento porque também não sou jurista – por excesso. Não significa que nós não possamos reduzir o âmbito da nossa acção. Ao elaborarmos um Regimento cujo período é inferior ao permitido pela lei não estamos a ultrapassá-la. Obviamente que se pensássemos em quarenta anos não poderíamos porque estávamos majorados por aí. Não estamos aqui a colidir com a lei mas a restringir a nossa acção a vinte anos. Ele estava feito!

Quando foi votado - na pretérita Assembleia - a concessão por trinta anos, vindo agora o Partido Socialista pedir para alterar o Regimento, significa que não estaríamos legitimados – à data – para o fazer e com isso perdemos três meses! O Partido Socialista, pela mão do senhor deputado António Sequeira, leu e elencou aqui uma série de pontos que nós achávamos que faziam falta. Não eram os únicos que faltavam mas faziam parte daqueles que estavam em falta. Como essa Assembleia durou três sessões, na segunda sessão trouxeram o trabalho que nós sentíamos que faltava – uma parte dele – e presumo que esse trabalho nunca terminará. O que fizemos foi votar para fazer o jeito à Câmara para conseguir antecipar 40% das receitas. Fizemos o jeito à Câmara, fizemos o jeito de votar e, perdoem-me a expressão, mas a maior parte dos senhores deputados puseram o dedo no ar e nem sabiam o que estavam a votar porque não nos foi apresentado nada. E como eu duvido que as inteligências sejam diferentes, entendo que foi somente um voto político. Não pode ser outra coisa porque não votámos nada! Aquilo tinha oito pontos, a deliberação da Câmara dizia (entre os quais) estes oito pontos. Como é que votamos a concessão das águas a trinta anos, como é que decidimos com oito pontos? Não podemos votar a concessão das águas com base em oito pontos! Temos que fazer um trabalho sério, propor uma comissão, propor um conjunto de pessoas, temos que fazer um trabalho árduo, temos que nos juntar, perder noites, discutir isto!

Toda a gente ficou chocada quando a Chanceler alemã – a senhora Merkl – falou na retirada de alguma soberania aos países. Isto é o quê? Ficarmos sem as nossas águas e sem os nossos equipamentos durante trinta anos? É um concurso internacional. E se for adjudicado a uma empresa espanhola? Não é perda de soberania ou esta tem outras formas? Gostaríamos muito que os equipamentos que são utilizados na distribuição das águas e na sua captação fossem mantidos na posse da autarquia e que apenas fosse concessionado a gestão operacional da sua exploração. Já que somos incapazes e incompetentes para o fazer da forma correcta, entreguemo-lo a privados mas mantenhamos a posse dos bens ao nosso serviço.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Registo que o senhor deputado cumpriu o que assumiu, o compromisso de se cingir ao ponto da ordem de trabalhos, que é a alteração de um artigo do Regimento.

Senhor deputado João Cunha, por favor.



DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Esta proposta que hoje nos é aqui presente traduz claramente a embrulhada em que nos colocaram a todos e que nós, Partido Social Democrata, alertámos em devido tempo, para o que estava a acontecer. Quiseram prosseguir nessa senda. O que é facto é que hoje estamos aqui a analisar mais uma questão. Ainda por cima é uma emenda "*à la carte*"! Isto é completamente contrário àquilo que, constitucionalmente, é a base do legislador, porque não há leis para resolver situações específicas. E o que se está aqui a querer resolver é ir destrancar uma situação para resolver uma situação específica, sendo certo – como aqui foi dito – que a lei geral permite chegar aos trinta anos. O que se está aqui a trazer é, efectivamente, para resolver uma situação específica, abrindo a porta a que em todas as outras concessões se vá, depois, até ao prazo máximo previsto na lei. Ou seja, estamos aqui a destapar, claramente, um caminho que não sabemos para onde seguirá. Nós temos que ponderar seriamente o que é que estamos aqui a fazer! Depois, conforme disse o senhor deputado José Francisco, do CDS-PP, vamos ver agora se também querem aplicar esta norma retroactivamente. Esta é outra questão que vamos ver, ou seja, se vamos ter aqui mais embrulhadas.

Alerto, mais uma vez, para que as pessoas – antes de apresentarem as coisas – estudem! Vejam as consequências legais que elas comportam, vejam os procedimentos que devem seguir para que nós todos aqui não estejamos a perder tempo e se esteja a criar suspeição perante a generalidade dos cidadãos, de que a Assembleia Municipal é incapaz de resolver os assuntos de acordo com a lei, que é um sintoma que começa a passar na opinião pública e que me parece preocupante. Esta ideia peregrina de que hoje trazemos uma coisa à votação e depois – daqui a três meses – já temos que desdizer aquilo que votámos anteriormente. Isto é um péssimo sintoma – que se dá aos cidadãos – do funcionamento das instituições democráticas.

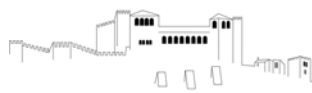
Portanto, o que quero aqui mais uma vez alertar é que esta abertura – ao dizer-se que vamos até ao prazo máximo previsto na lei, não está dito mas está implícito – tem como objectivo uma situação específica, para resolver e tentar destrancar um problema que foi criado anteriormente.

Deviam estas situações ter sido acauteladas previamente e só quero alertar para estes imbróglios jurídicos sucessivos que têm vindo a ser criados nos últimos tempos.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor deputado José Peixoto.



DEPUTADO JOSÉ PEIXOTO (BE)

José Peixoto, Bloco de Esquerda.

O senhor deputado Sequeira, do PS, disse e referiu o meu nome... que eu estaria preocupado – logicamente que estou – com a forma como foi tratado este assunto. De facto, ainda agora aqui foi dito pelo senhor deputado João Cunha que parece que esta alteração da lei foi mesmo para contemplar – e confirmou – a concessão/privatização da água. Já toda a gente falou nisto e vou voltar ao princípio da minha intervenção antes do período da ordem do dia, em que falei em escolhas, porque isso é o que me preocupa! A privatização da água é uma escolha e é uma escolha que ainda por cima, com aquilo que invocam – não há dinheiro e como não há dinheiro vamos pôr outros a pagar – vamos vender um direito que é de toda a gente porque é propriedade de todos e vamos, nós que estamos aqui e temos uma maioria – podem fazê-lo – privatizá-la! Utilizar o que é de todos para termos dinheiro para compensarmos os erros que vamos fazendo na gestão daquilo que também é público, que é o património de todos nós. É sobre isto que quero falar, é sobre escolhas. Isso é que me interessa!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

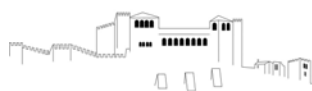
Muito obrigado.

Senhor deputado António Sequeira, que fez a apresentação do pedido de alteração do artigo do Regimento. Quer defender a sua proposta?

DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

António Sequeira, PS.

Não há dúvida nenhuma que este assunto merecia uma intervenção de fundo, não por aquilo que ele encerra em si e neste caso particular, mas em relação ao comportamento das pessoas em função das situações e em função das origens das propostas. Mas não quero ir muito por aí. O que queria dizer é que efectivamente houve um lapso, penso que ninguém duvida disso, é objectivo, é factual. Foi proposto uma aprovação por um período que esta Assembleia não tem capacidade para utilizar. Não me admira nada, no entanto, que quem preparou na Câmara operação, se tenha preocupado mais com a lei do que propriamente com o Regimento de uma Assembleia Municipal. Não há qualquer dúvida é que é um assunto que tem de subir à Assembleia Municipal e, por conseguinte, imediatamente se notou essa dificuldade e essa falta, de tal maneira que num conjunto de recomendações trazidas a esta Assembleia e lidas por mim, se propunha que a Câmara reduzisse o prazo para vinte anos. Não sei se se lembram disso. Agora, o que acontece – no meu entender – e parece-me que é relevante neste caso, é precisamente aquilo que li há pouco e está no texto daquele decreto-lei. É que se considera que se a empresa concessionária de um serviço como este tiver que efectuar grandes investimentos em infra-estruturas, quando se fala num prazo de trinta anos pensa-se que será – provavelmente – o prazo mínimo, ou pelo menos médio, razoável para



que ela queira aceitar o negócio. E penso que é isto que está em causa e nada mais. Foi por essa razão que se apontou para o prazo de trinta anos, porque se não provavelmente não seria economicamente viável.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Vamos passar à votação.

Peço desculpa senhor deputado, é do Regimento e tem sido a minha prática. Não me pode sequer acusar de incoerência. Está escrito no Regimento que quem agenda um ponto usa a palavra para o apresentar e usa a palavra para o encerrar. Depois disso não há mais intervenções e faz-se assim desde que presido a esta Assembleia.

Senhor deputado, peço-lhe – no mínimo – respeito por esta Mesa, por esta Assembleia e que respeite a dignidade do nosso mandato. É dever da Mesa, senhor deputado! Nos termos regimentais... não foi isso que o senhor disse agora! O senhor levantou um incidente de suspeição. É dever do Presidente da Mesa e sempre assim fiz, desde que presido a esta Assembleia, dar a palavra em primeiro lugar aos proponentes de um ponto e dar a palavra, em último lugar, aos proponentes do mesmo ponto. Sempre assim fiz, fiz assim hoje e assim farei sempre, quer isso agrade ou desagrade ao senhor deputado. Este é o meu comportamento e não o é por ser uma opção ideológica, é o meu comportamento porque é assim que está escrito no Regimento e eu cumpro-o escrupulosamente. As suas interpretações e as suas suspeições ficarão com o senhor deputado, terá todo o direito de as fazer. Peço-lhe que respeite também a posição das outras pessoas. Não lhe dou a palavra! Não foi aquilo que teve ainda agora. Não pode! É sobre a forma de votação? Sobre o que está em votação já não se pode usar mais da palavra.

O nosso Regimento é muito claro. Quem pede o agendamento de um ponto usa da palavra para o apresentar e tem direito a um tempo, no final, para o encerrar. Se for a Câmara Municipal é a Câmara Municipal, se for um grupo partidário é um grupo partidário. Já fiz isso com o PSD! O que não posso aceitar – e que fique registado em acta – é que qualquer deputado diga que eu dei a palavra a um deputado no uso de uma obrigação regimental, levantando sobre isso um incidente de suspeição, sugerindo que o fiz por outro motivo qualquer. Cumpri escrupulosamente aquilo que o Regimento estipula.

Senhores deputados, as acusações ficam com quem as faz, as atitudes ficam com quem as toma.

Vamos passar à votação.

A proposta é de alteração do artigo 42.º do Regimento desta Assembleia. Foi regimentalmente entregue, foi regimentalmente agendada e assim se fará a votação.

Sublinho o que disse no início. Para que esta proposta seja aprovada, é necessário que tenha mais de metade do número legal de membros da Assembleia Municipal. Somos sessenta e



dois, a proposta precisa de ter trinta e dois votos para ser aprovada. Se os não tiver não é aprovada. São as regras da democracia, da lei.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea b) do número um do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, deliberou por maioria, com doze votos contra, dezasseis abstenções e trinta e dois votos a favor, aprovar a proposta apresentada pelo grupo de deputados municipais do PS e, em consequência, aprovar a alteração do Regimento da Assembleia Municipal de Leiria, passando o artigo 42.º a ter a seguinte redacção: “A concessão de exclusivos e de obras e serviços públicos poderá ser feita nos termos da lei, devendo, contudo, salvaguardar-se o direito de fiscalização da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal”.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Antes ainda das declarações de voto, a proposta continha um ponto onde se propunha também – passe a redundância – fosse aprovada em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

Portanto, há um segundo ponto na proposta que tem que ser votado também. Sobre isto não há discussão. Estamos a falar de aprovar a acta em minuta – nesta parte - para efeitos imediatos.

Sou o Presidente desta Assembleia e conduzo-a pelos meus critérios... mal, no seu entendimento, mas pelos meus critérios.

Vou pôr à votação esta proposta, que vem integrada na outra proposta, que a acta seja aprovada em minuta – nesta parte - para efeitos imediatos.

Quer fazer as declarações de voto antes da votação? Senhor deputado, sobre isso não tenho problema nenhum. A seguir faz-se a aprovação em minuta. Declarações de voto. Sobre isso não faço questão nenhuma.

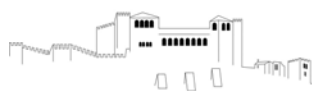
Senhor deputado Carlos Conceição, faça o favor.

DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)

Carlos Conceição, PSD.

Para ser coerente com aquilo que tenho dito sobre o tema das águas, votei contra.

Em primeiro lugar, porque não me parece bem fazer alterações à medida e consoante. Indica má preparação, mau planeamento.



Em segundo lugar, votei contra porque este tema das águas, face à importância que tem no presente momento e mais ainda no futuro, é um tema demasiado relevante e importante para ser tratado com a ligeireza como o temos enfrentado. É um tema onde forçosamente deveríamos ter um consenso alargado.

Por fim, votei contra – não sei se adiantará muito ou não – para que o executivo reflita acerca da estratégia que tem para este tema e possa, de alguma forma, alterar a sua forma de proceder para que possamos conciliar vontades. Estou convicto de que não será assim tão difícil.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Antes de continuar as declarações de voto, quero pedir desculpa aos senhores deputados. Ao contrário do que o senhor deputado Domingos Carvalho disse, eu não tenho sempre razão nem assumo que tenho.

O número três diz que é no final das sessões. Peço desculpa aos senhores deputados pelo meu erro de interpretação. Far-se-á a aprovação em minuta no final da sessão.

Outras declarações de voto?

Senhor deputado Vitor Lourenço.

DEPUTADO VITOR LOURENÇO (PSD)

Senhor Presidente, a minha declaração de voto é também muito simples.

Apenas para deixar uma questão que não foi cabalmente respondida. Quanto à retroactividade da aplicação do Regimento, em que é que ficamos?

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado João Cunha.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Abstive-me nesta votação porque mantenho largas dúvidas acerca da configuração jurídica deste processo.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Obrigado.

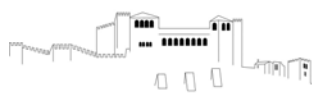
Senhor deputado José Francisco.

DEPUTADO JOSÉ FRANCISCO (CDS-PP)

José Francisco, CDS-PP.

Votei contra porque, obviamente, não quero fazer parte desta trapalhada que me parece ser este assunto das águas, desde o início.

Votei contra porque entendo que ele vai ser penoso para todos nós, para os nossos filhos e os que os sucederão. Não havendo mais nada a fazer em termos de Assembleia, lanço o



repto ao senhor Presidente da Câmara para que – tendo já observado que a Assembleia está tão dividida quanto a este assunto – procure um consenso alargado. Acreditando eu que não há retroactividade nesta aprovação, admito que este assunto possa ter que, eventualmente, voltar a uma próxima Assembleia ordinária. Até lá não percamos tempo. Rodeie-se, pergunte às pessoas quem é que quer colaborar neste assunto. Temos aqui pessoas das mais diversas sensibilidades, com experiência, com características e aptidões profissionais que poderão certamente ajudar a Câmara a resolver um assunto que é de todos. Senhor Presidente, os seus problemas também são nossos e sabemos que tem um grande problema para resolver. Vamos resolvê-lo da melhor forma e com a colaboração de todos. Gostaria muito mais que o senhor Presidente saísse deste assunto e que daqui a quarenta anos, se alguém afirmar que em 2011 se cometeu um atentado, que o faça porque foi um atentado com consenso alargado e que todos apoiámos. Se errarmos que seja por uma maioria ampla, não uma maioriazinha de trinta e dois/trinta e um, sem qualquer desrespeito para com o Partido Socialista pois não é nesse sentido que digo maioriazinha. É a diferença, a relatividade do assunto.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhores deputados, não pode haver diálogo. Estamos, aliás, numa declaração de voto.

DEPUTADO JOSÉ FRANCISCO (CDS-PP)

Não acredito que haja retroactividade ou que esta seja possível. Os juristas o dirão. Mesmo que esta fosse possível, apelo ao senhor Presidente para que invista dois meses, que atrase a progressão dos trabalhos dois meses e tente rodear-se ou pelo menos reunir consensos. Estamos disponíveis para fazê-lo consigo.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS-PP)

Domingos Carvalho, eleito pelo CDS – Partido Popular.

Permita-me, senhor Presidente, que antes da minha declaração de voto lhe dirija uma palavra particular. Já há alguns anos que faço parte e tenho estado nesta Assembleia. Sempre foi minha intenção procurar, com aquilo que digo, que esta Assembleia – sempre e em todo o lado e não apenas quando me convém – seja respeitada como instituição. Repito, não é apenas quando me convém! É sempre! Portanto, aquilo que aqui digo é baseado no conhecimento que tenho e naquilo que tento que seja uma mais-valia para esta casa.

Há mais quem tenha conhecimento das matérias e a opinião do senhor Presidente, sendo profundamente respeitada, pode ser contestada. Era bom que o senhor Presidente, para que melhorasse a condução dos nossos trabalhos, entendesse sempre que... a senhora deputada Odete João Pretende intervir?



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhores deputados, não pode haver diálogo. Vamos respeitar o funcionamento da Assembleia. O senhor deputado está a fazer uma declaração de voto e não poderá ser interpelado.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS-PP)

Uma vez mais e agora tenho que me dirigir ao senhor Presidente! Quando iniciei pedi para – antes de fazer a declaração de voto – fazer uma declaração particular ao senhor Presidente. O senhor Presidente, então, não era a mim que diria para não intervir e diria à senhora deputada...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

E foi isso que fiz, senhor deputado!

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS-PP)

Não me pareceu! Disse que eu estava a fazer uma declaração de voto e que continuasse. Bom, declaração de voto...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Não foi isso que eu disse, senhor deputado.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS-PP)

Vamos ver na acta.

Sobre esta questão, queria dizer o seguinte. Senhor Presidente, é do seu conhecimento que eu não tenho nada contra o modelo de concessão. Parece-me que pode trazer vantagens. Agora, eu quero – porque espero cá estar com oitenta e três anos – que daqui a trinta anos quem voltar a analisar este processo – e repito que quero estar vivo e se possível activo – ter cara para poder dizer “*este não era o modelo que eu defendia*” e que o problema que temos hoje com os preços da água, com o estado em que vai ficar a rede de saneamento e de abastecimento de água, foi responsabilidade de algumas pessoas e por isso estou aqui para, ao abrigo da lei, me extrair dessa responsabilidade.

A isto chama-se voto de vencido.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Peço aos senhores deputados que pretendem fazer a declaração de voto que o digam agora. Senhor deputado João Curado e Silva.

DEPUTADO JOÃO CURADO E SILVA (PSD)

João Curado e Silva, PSD.

Votei contra apenas e só porque não quero estar ligado ao que me parece ser uma tentativa de aprovar uma lei retroactiva. É a única razão.



Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

O senhor deputado Manuel Antunes pede a palavra para que efeito? Este ponto está terminado senhor deputado. Dir-me-á para que efeito está a pedir a palavra. No final da sessão. O senhor deputado não deve ter tomado atenção. Aceitei o repto do senhor deputado Domingos Carvalho e verifiquei que estava errado. Diz o nosso Regimento que é no final e, portanto, é no final que se fará. Aliás, já pedi desculpa às senhoras deputadas e aos senhores deputados sobre o meu erro de interpretação do Regimento. Conforme se recordarão usei as palavras "*peço desculpa*". Pode dizer-me para que efeito? Senhor deputado, fará essa pergunta de outra forma. Este ponto está encerrado e vamos passar ao ponto seguinte, desculpar-me-á.

4.FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) PARA O ANO DE 2012 – Apreciação, discussão e aprovação.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor Presidente da Câmara para apresentar.

O senhor Presidente prefere que lhe façam perguntas antes de apresentar o ponto.

Alguém pretende usar da palavra?

Não vejo ninguém com intenção de o fazer. Não vou pedir ao senhor Presidente que o explique e vou colocar o ponto número quatro à votação.

"FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) PARA O ANO DE 2012 – Apreciação, discussão e aprovação".

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea f) do número dois do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, deliberou por maioria, com nove abstenções, aprovar a proposta apresentada e fixar as seguintes taxas do Imposto Municipal sobre imóveis (IMI) para aplicação no ano de 2012:

1) prédios urbanos [alínea b) do n.º 1 do artigo 112.º do CIMI] – 0,675%

2) prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI [alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º do CIMI] – 0,375%

3) para a área territorial definida pelo perímetro da zona declarada Área Crítica de Recuperação e Reconversão



Urbanística do Centro Histórico da Cidade de Leiria, conforme delimitação estabelecida no Decreto n.º

15/2001, de 22 de Março (Diário da República I Série B, n.º 69, pág. 1613) minoração de:

3.1) 23% para a taxa da alínea b) do n.º 1, do artigo 112.º do CIMI, sendo a taxa efectiva de 0,52%;

3.2) 20% para a taxa da alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º do CIMI, sendo a taxa efectiva de 0,30%.

4) para a área territorial definida pelo perímetro da zona declarada Área Crítica de Recuperação e Reconversão

Urbanística do Centro Histórico da Cidade de Leiria, conforme delimitação estabelecida no Decreto n.º

15/2001, de 22 de Março (Diário da República I Série B, n.º 69, pág. 1613) majoração:

4.1) de 30% para os prédios urbanos degradados não devolutos;

4.2) para o dobro dos prédios urbanos devolutos nos termos do n.º 3. do artigo 4.º. do Decreto-lei n.º 159/2006, de 8 de Agosto.

**5.CONCURSO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA.
ABERTURA DE PROCEDIMENTO - Apreciação e aprovação.**

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

O senhor Presidente da Câmara pretende apresentar? Não.

Alguém tem alguma questão a formular à Câmara Municipal em relação a este ponto? Não.

Vou colocar o ponto à votação.

Quem vota contra?

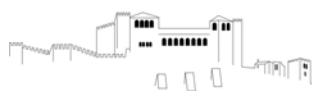
Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pelo número 1 e número 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aplicável por força da alínea f) do número 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, deliberou por maioria, com um voto contra e zero abstenções, autorizar a abertura de concurso público para a contratação de serviços de limpeza.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Pode fazer a declaração de voto.



O senhor deputado não tem que me perguntar se pode. Tem de me dizer que quer.

DEPUTADO JOSÉ PEIXOTO (BE)

José Peixoto, Bloco de Esquerda.

Só para dizer que a Câmara vai contratar, por concurso, uma empresa de limpeza por um montante elevado, podendo – com esse mesmo dinheiro – contratar trabalhadores a título individual, fomentando assim o emprego. O que se tem verificado com estas empresas é que atropelam os direitos dos trabalhadores. Pagam salários muito abaixo da média, têm promovido despedimentos ilícitos, encerram sem motivo justificativo e deixam os trabalhadores no desemprego, sem hipótese de receber as indemnizações por antiguidade e forçando o recurso para os tribunais – quando eles nem sequer têm dinheiro para isso – para poderem auferir do subsídio de desemprego.

Esta é a razão do meu voto contra.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

6.VII ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL EM VIGOR - Apreciação, discussão e aprovação.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor Presidente da Câmara para apresentar.

O senhor Presidente da Câmara devolve a palavra.

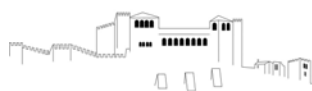
Senhor deputado Carlos Conceição, por favor.

DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)

Carlos Conceição, PSD.

Da última vez que abordámos um tema parecido com este, senhor Presidente, ficou combinado que a Câmara Municipal – a sua equipa directiva – nos ia fazer uma proposta, digamos assim, de tipificação destes casos para que não viessem à Assembleia de forma isolada, solta e de forma singular, mas que a Câmara pudesse trabalhar e montar um critério objectivo, sendo que, validado em Assembleia Municipal, dispensaríamos a análise casuística dessas situações.

Queria perguntar ao senhor Presidente se, de alguma forma, houve algum avanço neste trabalho, se o elenco camarário tem já alguma sugestão objectiva para propor à linda e douta Assembleia Municipal, para que possamos – também aqui – agilizar o nosso tempo, abreviar estas nossas sessões, obviamente, mais poder à Câmara Municipal para que, uma vez definido um critério, possamos...



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado, peço-lhe desculpa! Está um senhor deputado no uso da palavra e é merecedor do nosso respeito e do nosso silêncio. O senhor deputado fará o favor de continuar.

DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)

Muito bem. Penso que, de uma forma geral, já encaminhei para o senhor Presidente essa questão de o tal critério que definimos para que este tipo de casos pudesse ser visto de uma outra forma.

Muito obrigado senhor Presidente.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Peço desculpa de o ter interrompido mas entendi que não estava a ser respeitado.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arrabal, por favor.

DEPUTADO ARLINDO BRITES PEREIRA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ARRABAL)

Arlindo Brites Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Arrabal.

Boa noite senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados, caros colegas Presidentes de Junta, comunicação social e público aqui presente.

Espero não repetir, uma vez que o uso da palavra do senhor deputado Carlos Conceição retirou alguma da minha intervenção.

Quando se fala de PDM, eu, que já ando aqui há alguns anos nesta Assembleia, há já muitos anos que se fala e oiço falar em PDM. Estamos a verificar que por este andar – vamos na sétima alteração do Regulamento – e uma das cem medidas anunciadas pelo senhor Presidente, então candidato à Câmara, seria precisamente a revisão do PDM. Dois anos de mandato passados, não há revisão à vista. Continuamos a aprovar estas medidas avulsas, que mais não são do que *“fatos por medida”*.

Pergunto ao senhor Presidente da Câmara para quando essa revisão do PDM? Para que nos evite estas vindas aqui por questões isoladas.

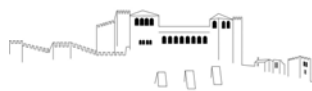
Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

O senhor deputado Vitor Lourenço pediu a palavra ou é impressão minha? Não é necessário? Não há mais ninguém inscrito.

O senhor Presidente da Câmara pretende responder? Faça favor.



PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

O senhor deputado Carlos Conceição já confessou que se enganou e não sei se o senhor deputado e Presidente de Junta, Arlindo Pereira, o irá ou não fazer.

O que aqui está não é um "*fato feito à medida*". A lei alterou e isto é muito simples. As antigas classes industriais – com classificação das indústrias – tinham a designação de A, B, C e D. A lei foi alterada e passou a ser estabelecimento tipo 1, tipo 2, tipo 3 e tipo 4. É tão simples quanto isto. Não há quaisquer efeitos, a não ser ter que vir à Assembleia para aprovar a alteração ao nosso PDM, ao que ainda está em vigor. Trata-se simplesmente da alteração da designação dessas classes e nada mais que isso. Claro que está incluído, mas isso é para o PDM actual.

Já agora, aproveito para responder que estamos a trabalhar na revisão do PDM e durante o ano de 2012 – ainda – vamos ter o actual PDM.

No relatório, na página dois, consta efectivamente estabelecimentos comerciais da classe D, passa a designar-se tipo 4. Trata-se de uma pequena gralha da deliberação.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Aceitando a correcção desta gralha, vamos passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea b) do número três do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, deliberou por maioria, com zero votos contra e seis abstenções, aprovar a VII alteração ao Regulamento do Plano Director Municipal em vigor, nos termos do número 1 do artigo 79.º do RMI GT, na última alteração conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Dezembro.

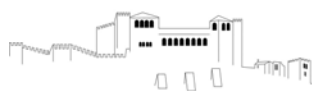
**7.PROCESSO DE OBRAS PARTICULARES N.º 259/2009 – UZIEL CARVALHO, LDA-
Apreciação e aprovação.**

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

A intervenção do senhor deputado Carlos Conceição considera-se transferida para aqui. É assim? Tem de dizê-lo, concordo plenamente.

DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)

Queria pedir desculpa pelo meu lapso mas a convivência com aquele alemão, o Alzheimer, já dá cabo de mim.



Aquilo que disse é pertinente, senhor Presidente. De facto, também na questão do PDM, nas alterações ao PDM e a definição de critérios objectivos de avaliação de todas estas situações, para que não analisemos sempre desta forma tão singular e tão avulsa.

Fica na mão do senhor Presidente a elaboração de um critério objectivo e amplo para que, uma vez vindo aqui e a Assembleia pronunciando-se favoravelmente, a Câmara possa resolver todas estas questões. Era muito mais fácil para todos e veja, senhor Presidente, o enorme voto de confiança que novamente colocamos em si.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor deputado João Cunha.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Relativamente a esta matéria, quero aqui solicitar um esclarecimento que tem a ver com o seguinte. Esta alteração que estamos, digamos assim, a aprovar, este ponto específico dessa obra, pergunto se estamos automaticamente também a dar o aval ao processo ou se o estamos só a dar à utilização dos solos. Porque em relação ao processo em si, naturalmente que tem as condicionantes, nomeadamente ambientais, que deverão ser respeitadas.

Dado que no teor da deliberação tal não ficou muito claro, é nesse sentido que faço o pedido de esclarecimento.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

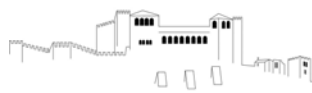
Eu próprio responderei que não é competência da Assembleia dar o aval ao processo. A Assembleia só se pronuncia sobre as questões para que tem competência e é, de facto, a utilização dos solos, como o senhor deputado sublinhou.

Senhor deputado José Francisco.

DEPUTADO JOSÉ FRANCISCO (CDS-PP)

José Francisco, CDS-PP.

Tenho também uma pequena dúvida. Alude, na deliberação, que dois terços do edifício pertencem a uma agro-pecuária, sendo que dois terços do prédio em causa estão em zona florestal e um terço em zona residencial habitacional. A minha única questão, como a informação é também escassa, é saber se estão acauteladas todas as questões relacionadas com a protecção das pessoas. Se é uma zona habitacional e à semelhança do que até o senhor Presidente corroborou da última vez, quando se tratava de um lar (ou algo semelhante) para a freguesia de Azoia, parece-me a informação escassa para poder decidir o meu sentido de voto.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Não está mais ninguém inscrito.

Senhor Presidente da Câmara, faça favor.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Trata-se de uma exploração agro-pecuária existente. Tem todos os pareceres das entidades competentes favoráveis e o que aqui está – neste momento – depende só e exclusivamente da aprovação da Câmara, tendendo – eventualmente - candidatar-se a fundos comunitários. Aquilo que se pretende é que seja autorizado e aprovado pela Assembleia o ajustamento do perímetro nos limites do terreno onde está instalado, para espaço florestal, para permitir a legalização. Isto só tem pendência da parte da Autarquia. Todos os pareceres das entidades que tutelam este tipo de estabelecimento ou exploração agro-pecuária, são favoráveis e encontram-se todos no processo.

O que se pede é o ajustamento do espaço florestal, de modo a que se possa vir a legalizar.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Vou colocar este ponto à votação, não sem antes me permitir solicitar veementemente ao senhor Presidente da Câmara que aceite dar cumprimento àquele que foi o desejo manifesto por esta Assembleia, da última vez que apreciou este conjunto de pontos.

Esta Assembleia exprimiu-se, por larga maioria se não mesmo por unanimidade, no sentido de ser criado um conjunto de critérios que nós pudéssemos ter em conta na apreciação de situações desta natureza, ou seja, para que as nossas decisões deixassem de ser casuísticas e fossem assentes num conjunto de critérios que tornassem – além do mais – a administração transparente, que os nossos concidadãos que pretendem submeter à apreciação processos desta natureza soubessem o que os espera e para que nós não tivéssemos hoje um juízo de valor e amanhã outro diferente porque esquecemos do juízo de valor que tivemos na véspera.

Se exorbitei peço desculpa a toda esta Assembleia mas creio que estou a sintetizar o espírito daquilo que foram as várias intervenções – ou foram algumas intervenções – na última Assembleia Municipal.

Colocarei o ponto à votação mas não deixarei de solicitar ao senhor Presidente da Câmara que seja feito um trabalho nesse sentido.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Posso responder? Parece-me que aquilo que foi aqui assumido na última Assembleia Municipal tem a ver com uma coisa diferente deste caso e que se trata das declarações de interesse municipal. Definir um critério quanto às declarações de interesse municipal, para evitar que, enfim, venha a "retalho".



Portanto, é sobre interesse municipal e não sobre esta matéria, em que está aqui em causa um ajustamento florestal.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Vou então colocar o ponto à votação. *"Processo de obras particulares n.º 259/2009 – Uziel Carvalho, Lda. - Apreciação e aprovação."*

A proposta da Câmara foi distribuída.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea b) do número três do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, deliberou por maioria, com zero votos contra e sete abstenções, aprovar o ajustamento de pormenor dos limites entre espaços pertencentes a classes de uso de solo distintas, conforme proposta apresentada – processo de obras particulares n.º 259/2009, em nome de Uziel Carvalho, Lda.

8.PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DE MARRAZES PARA REQUALIFICAÇÃO DE ARRUAMENTOS, DE 2009. ESTORNO - Apreciação, discussão e aprovação.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

O senhor Presidente pretende apresentar? Não.

Alguém pretende fazer alguma pergunta? Não.

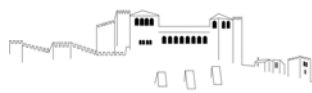
Colocarei o ponto à votação. *"Protocolo de delegação de competências na junta de freguesia de Marrazes para requalificação de arruamentos, de 2009. Estorno - Apreciação, discussão e aprovação."*

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea s) do número dois do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, deliberou por unanimidade, aprovar o estorno de €790,15 à rubrica orçamental respectiva ao protocolo de delegação de competências firmado em 2009 com a Junta de Freguesia de Marrazes.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Antes de encerrar a sessão, resta aprovar em minuta, para efeitos imediatos, no que toca à alteração do Regimento.

Aproveito para perguntar ao senhor Presidente da Câmara Municipal se nos demais pontos importa que a acta seja aprovada em minuta, para efeitos imediatos, nalgum deles.

O senhor deputado Manuel Antunes pede a palavra para? Pode interpelar.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Presumo que voltamos à discussão do ponto número três.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Não. Não voltamos.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

A aprovação em minuta da acta fazia parte da proposta da bancada do Partido Socialista. Portanto, penso que continuamos no ponto três. Estava lá, estava no documento e não foi uma coisa que surgiu depois. Era a segunda parte da proposta da bancada do Partido Socialista. Estou a perguntar se estamos ou não a votar o ponto três, se estamos ainda a discutir o ponto três.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Não.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

É a interpretação do senhor Presidente.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Não. Não estamos. O ponto três, a proposta de alteração ao Regimento foi aprovada, senhor deputado.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Senhor Presidente, a proposta continha dois parágrafos, dois aspectos. Uma era o ponto e a outra a aprovação em minuta. Se a estamos a fazer, ainda estamos no ponto três.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

O senhor deputado perdoar-me-á e peço-lhe que aceite, como durante quatro anos aceitei, que a presidência desta Assembleia, durante estes quatro anos, é exercida por mim e durante os outros quatro não foi.

A minha interpretação regimental é esta. A proposta de alteração ao Regimento foi aprovada nos termos legais. Resta, e porque me foi sugerido e verifiquei no Regimento que assim tinha de ser, aprovar a acta em minuta nesta parte, para efeitos imediatos. E vinha do seu partido, aliás, nas objecções.



Não se repetirá a análise do ponto. Se a sua intenção é essa, senhor deputado, não lhe posso dar a palavra.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Não é a análise do ponto, senhor Presidente.

De todo o modo, sendo assim e porque não me permite falar, entrego à Mesa uma interpelação por escrito, que responderá se entender.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Vou ler a interpelação e responderei.

“1 – Considera a Mesa, e em especial o seu Presidente, que a aprovação em Assembleia anterior da concessão das águas foi baseada ou assentou no “lapso” referido pelo senhor deputado António Sequeira?

2 - Considera a Mesa, e em especial o seu Presidente, que a alteração do artigo do Regimento votada hoje, que altera as premissas da votação acima referida, afecta a decisão anterior?”

A minha resposta é simples. A Mesa não tem que se pronunciar sobre este assunto. Os juristas e as entidades competentes que se pronunciem. A Mesa conduziu os trabalhos, o Presidente da Mesa conduziu os trabalhos, a proposta foi votada e aprovada. O resto não se passa neste “cenário” – desculpem a expressão – neste ambiente. O resto passar-se-á nas entidades competentes. A Mesa não tem que responder nem a uma nem à outra pergunta. Não me considero dotado de competência formal para responder nem à primeira nem à segunda pergunta.

Senhores deputados, eu peço que levemos até ao final da sessão um ambiente cordato e um ambiente de dignidade que se exige a esta Assembleia e que respeitemos os nossos concidadãos que estão sentados ao fundo, pelo menos esses.

No ponto número três é proposto que a acta seja aprovada em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. Isto não carece de discussão, é apenas de votação.

Assim, relativamente ao ponto número três, aprovação da acta em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

Quem vota contra?

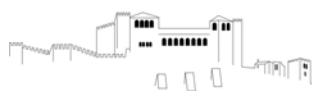
Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria, deliberou por maioria, com cinco votos contra e uma abstenção, aprovar a acta em minuta, para efeitos imediatos, no ponto três da ordem de trabalhos.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Também quer fazer uma declaração de voto?



Faça favor senhor deputado. Fará as declarações de voto que entender.

Senhores deputados, peço o vosso silêncio.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS-PP)

Domingos Carvalho, eleito pelo CDS – Partido Popular.

Senhor Presidente, o eu fazer as declarações de voto que entender não é deferência de V. Exa., mas agradeço na mesma.

Apenas queria clarificar uma coisa, até porque há aqui gente muito capaz e é importante que fique para o futuro, o chamado "*ficar para memória futura*". A única entidade que pode pedir, neste caso, a extracção de uma certidão é o executivo camarário. Mais ninguém. Em boa verdade, aquela proposta devia ser considerada nula pelo senhor Presidente ou pedir para ser corrigida.

Está feita a minha declaração de voto.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

A Câmara Municipal solicita que os pontos número seis e sete, como foram objecto de uma votação mais ou menos unânime... vou juntar os dois. Alguém se opõe a que eu junte os dois?

A Câmara Municipal solicita que a acta seja aprovada - nos pontos número quatro, seis e sete – em minuta, para efeitos imediatos.

Senhores deputados, a proposta é feita pela Câmara Municipal e é assim que a aceito. Pontos número quatro, número seis e número sete. Propõem-se que a acta seja aprovada em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

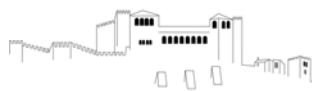
A Assembleia Municipal de Leiria, deliberou por unanimidade, aprovar a acta em minuta, para efeitos imediatos, nos pontos quatro, seis e sete da ordem de trabalhos.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhores deputados, muito obrigado e boa noite.

A próxima sessão será quando eu assim a convocar, nos termos da sugestão que foi feita.

Muito obrigado.



ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a sessão, eram 01.12 horas, mandando que de tudo para constar, se transcrevesse para a presente acta, que eu, Maria Manuela Baptista Vieira, Coordenadora Técnica, transcrevi e subscrevo. -----

APROVAÇÃO DA ACTA

De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 92º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal na sessão ordinária de 17 de Dezembro de 2011, delibera, por maioria, com uma abstenção, aprovar a acta.-----

O Presidente da Assembleia

Carlos Manuel B. Ascenso André

A Coordenadora Técnica

Manuela Vieira